

PREGÃO ELETRÔNICO

462/2026.

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS FARMANGUINHOS (254446)

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva para Empilhadeiras (Combustão, Elétrica), Transpaleteiras e Baterias e Não Sistemáticas do tipo Corretiva para Empilhadeiras (Combustão, Elétrica), Paleteiras, Transpaleteiras e Carregadores de Baterias, Baterias e carro para transporte de baterias, com fornecimento e substituição de peças e componentes no Complexo Tecnológico de Medicamentos-CTM/FAR, a serem executados sem regime de dedicação Exclusiva de mão de obra.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 6.656.787,96 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/08/2026 às 10h (horário de Brasília)

DATA BASE

26/05/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
9. DO TERMO DE CONTRATO	16
10. DOS RECURSOS	17
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS - FARMANGUINHOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 462/2026.

Processo Administrativo nº25387.000021/2025-25

Torna-se público que Fundação Oswaldo Cruz, através do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos, por meio da sua Divisão Comercial, sediado na Av. Comandante Guarany, 447 Jacarepaguá Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de serviços contínuos de Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva para Empilhadeiras (Combustão, Elétrica), Transpaleteiras e Baterias e Não Sistemáticas do tipo Corretiva para Empilhadeiras (Combustão, Elétrica), Paleteiras, Transpaleteiras e Carregadores de Baterias, Baterias e carro para transporte de baterias, com fornecimento e substituição de peças e componentes no Complexo Tecnológico de Medicamentos- CTM/FAR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 03 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.7.12 pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 e 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da

Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2 empresas brasileiras;

6.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 **SICAF**;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 **não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;**

7.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo **de 15% (quinze por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do telefone (21) 3348-5096 com Sr. Diogo Garrido, (21) 3348-5060 com o Sr. Dimi Pacífico ou através do e-mail: diogo.soares@fiocruz.br e dimi.pacifico@fiocruz.br de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.1 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **SICAF** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **06 (seis) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em **06 (seis) horas**, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Considerando que a assinatura do contrato, ou do termo de aceite de instrumento equivalente, se dará na forma eletrônica, pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), é imprescindível que o(s) representante(s) legal(is) da(s) adjudicatária(s), com poder(es) específico(s) para assinatura de contrato, atentando ao prazo fixado no item anterior, proceda(m) prévio cadastramento, como “usuário externo”, no SEI/FIOCRUZ: <https://portal.fiocruz.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>

9.5. De forma alternativa, em caso de regulamentação do art. 91, §3º, da Lei nº 14.133/21, a celebração do contrato se dará por meio do Sistema Contratos Gov.br.

9.6. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.8. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.8.1 A existência de registro no **CADIN** constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:

https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens **11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens **11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9**, a multa será **de 15% a 30%** do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **pregaoservicos.far@fiocruz.br**.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Instrumento de Medição de Resultado - (IMR);

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Documentação para SMS;

13.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Rol Estimativo de Peças, Componentes e Insumos para Manutenções;

13.11.1.4. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.5. Apêndice do Anexo I – Manutenções Não sistemáticas Passíveis de Subcontratação;

13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.3 Anexo III – Proposta Pro-Forma;

13.11.4 Anexo IV – Portaria Dosimetria de Sanções;

13.11.5 Anexo V – Termo de Vistoria;

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS

Termo de Referência 43/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
43/2026	254446-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS CRISTIANO DA SILVA ALEXANDRE	10/07/2026 16:28 (v 0.18)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25387.000021/2025-25

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva para Empilhadeiras (Combustão, Elétrica), Transpaleteiras e Baterias e Não Sistemáticas do tipo Corretiva para Empilhadeiras (Combustão, Elétrica), Paleteiras, Transpaleteiras e Carregadores de Baterias, Baterias e carro para transporte de baterias, com fornecimento e substituição de peças e componentes no Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV /CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	Serviço de Manutenção Sistemática do tipo Preventiva (conforme item 5.5.1.2)	19402	Serviço	1	
2	Serviço de Manutenção Não Sistemática do tipo Corretiva (conforme 5.5.1.3)	19402	HH (Quantidade Total Horas /Homem)	6.000	
	Serviços de Manutenções não sistemáticas passíveis de subcontratação (de acordo com item 4.3 e detalhado no anexo V)		Serviço	-	

3	Fornecimento de peças, componentes e insumos (conforme anexo III)	-	Unidade	-	
VALOR ANUAL TOTAL (R\$)					
OBS: OS VALORES DESSA TABELA SERÃO TRANSPORTADOS DO PREENCHIMENTO DAS TABELAS APRESENTADAS NO ITEM 5.5.1 E SUBITENS, ANEXO III E ANEXO V QUE DEVERÃO ACOMPANHAR A PROPOSTA					

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é uma necessidade permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Contrato pela Contratante – ato contínuo à assinatura da Contratada – em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 /2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 1614;
- IV) Classe/Grupo: 871;
- V) Identificador da Futura Contratação: 254446-462/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos obrigatórios quanto à:

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 As ações de manutenção dos equipamentos devem ser planejadas e conduzidas em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

4.1.2 A Contratada é responsável pela coleta e separação dos resíduos recicláveis e ou perigosos gerados durante a sua prestação de serviço na unidade CTM/FAR;

4.1.3 Os resíduos gerados nas manutenções devem obrigatoriamente ter destinação e disposição final adequada, de acordo com o tipo. A destinação será de responsabilidade da unidade CTM/FAR e sua destinação orientada e executada pela Seção de Resíduos, e acionada pelo fiscal do contrato ou pessoa por ele designada, através do e-mail: smsresiduos.far@fiocruz.br; para o procedimento de descarte de acordo com o FAR-SMS.POP.022 - Identificação, Segregação, Manejo e Recebimento de Resíduos;

4.1.4 A Contratada será responsável por possíveis vazamentos ou acidentes ambientais durante a execução das manutenções nos equipamentos, devendo realizar o primeiro atendimento para contenção e acionar a equipe de Meio Ambiente e de Segurança do Trabalho através do e-mail: esmsustentabilidade@fiocruz.br ou ramal 5300;

4.1.5 A Contratada deverá manter na área de realização de manutenção, um kit de emergência ambiental, para que, ao realizar as manutenções preventivas, corretivas ou emergenciais utilizá-lo de forma a manter um aparato de contenção (bandeja ou manta que comporte o tamanho do equipamento) a ser usado sob os equipamentos durante as trocas de óleo, lubrificação e ou outras trocas que possam gerar resíduos perigosos ou possibilidade de vazamento. O kit deve conter ainda manta de absorção, cordões absorventes, EPI, pá, vassoura e sacos para recolhimentos. Ao disponibilizar o kit de emergência o fiscal do contrato ou pessoa por ele designada, deve acionar a equipe de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente, através dos ramais 5288, 5201 ou 5202 para a inspeção e liberação;

4.1.6 Após a assinatura do contrato, a empresa Contratada deve, antes de iniciar os serviços, disponibilizar o kit de emergência ambiental no local de execução das manutenções. Solicitamos comunicação à Divisão de Meio Ambiente, através do e-mail smssustentabilidade@fiocruz.br, quando da entrega do kit de emergência ambiental, para a devida verificação e aprovação de seu conteúdo;

4.1.7 A Contratada deverá ao realizar as manutenções preventivas, corretivas ou emergenciais utilizar as embalagens originais dos produtos químicos, não será permitido a utilização de produtos que não estejam identificados e dispostos em suas embalagens de origem mesmo que para fracionamento do produto;

4.1.8 Apresentar e utilizar as Fichas de Dados de Segurança (FDS) de todos os produtos químicos que serão utilizados, em conformidade com a ABNT NBR 14725, garantindo que estejam disponíveis no local de execução dos serviços.

4.1.9 A Contratada deverá utilizar o aparato de contenção desde o início da prestação de serviço de manutenção na unidade CTM/FAR;

4.1.10 O profissional responsável pela manutenção deve possuir treinamento para mitigação de vazamentos e controle de pequenas emergências ambientais, devendo ser comprovado o treinamento do mesmo através de certificado apresentado antes do início das atividades na fase de integração dos colaboradores na unidade;

4.1.11 No caso de a Contratada realizar manutenção dos equipamentos fora da unidade e houver geração de resíduos decorrentes dessas atividades, deverá ser comprovada, por meio de documentação pertinente, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010

(Política Nacional de Resíduos Sólidos) e com a ABNT NBR 10004, no que se refere à classificação dos resíduos, além das demais normas ambientais aplicáveis.

4.1.12 No fornecimento de baterias, a Contratada deverá atender aos requisitos estabelecidos na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, assegurando que os produtos fornecidos estejam em conformidade com os limites de substâncias estabelecidos e com os critérios de gerenciamento ambientalmente adequado previstos na referida norma, devendo comprovar, quando solicitado, o atendimento aos requisitos legais aplicáveis.

Segurança do Trabalho

4.1.13 Atender as Normas Técnicas da ABNT, Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal vigente e de Segurança e Saúde assim como as NR's aplicáveis ao objeto de contratação;

4.1.14 Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-01 referente as Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, estabelecendo a capacitação e treinamento dos trabalhadores, em conformidade com o objeto da contratação.

4.1.15 Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-06 referente a Equipamento de Proteção Individual – EPI, com o fornecimento de equipamentos adequados a atividade, com o certificado de aprovação – CA, dentro do prazo de validade.

4.1.16 Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-09 referentes a Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos;

4.1.17 Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-10 referente a Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade, no que se refere a qualificação, se aplicável.

4.1.18 Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-11 referente a Transporte, Movimentação, Armazenamento e Manuseio de Materiais, adotando meios adequados para o transporte dos equipamentos entre os pontos de manutenção e operação.

4.1.19 Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-12 referente a Segurança no Trabalho em Máquinas e equipamentos, no que se refere a manutenção periódica dos equipamentos, dando atenção aos cabos de aço e outros meios de suspensão que devem ser adequados ao tipo de material e dimensionados para suportar os esforços solicitantes.

4.1.20 Emitir laudo técnico apontando existência ou não de condições ocupacionais que caracterizem Insalubridade e ou periculosidade de acordo com as normas regulamentadoras 15 e 16, respectivamente, se aplicável.

4.1.21 Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-17 referente a Ergonomia, estabelecendo medidas preventivas aos aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais.

4.1.22 Atender as condições mínimas de higiene, aplicáveis, nas instalações sanitárias e de conforto nos locais de trabalho em conformidade com a NR-24, se aplicável.

4.1.23 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às Leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades.

4.1.24 Fornecer uniformes e vestimentas apropriadas aos riscos ao qual os funcionários forem expostos.

4.1.25 Fornecer crachá de identificação a todos os seus funcionários e representantes que acessarem as dependências de Farmanguinhos/FIOCRUZ.

4.1.26 Não permitir a utilização do trabalho do menor.

4.1.27 Manter os equipamentos, ferramentas e materiais em perfeitas condições de utilização.

- 4.1.28 A Contratada deve manter à frente de trabalho e demais locais de seu uso em perfeita organização e limpeza.
- 4.1.29 A contratada deverá apresentar a Ficha com Dados de Segurança (FDS) de todos os produtos químicos utilizados, ao Serviço de Segurança do Trabalho, assim como mantê-las no local onde ficarão armazenados e onde serão utilizados os referidos produtos.
- 4.1.30 Apresentar certificado de Registro da Empresa no CREA e Anotação de Responsável Técnico dentro do prazo de validade.
- 4.1.31 A contratada deverá ser responsável pela instalação e manutenção de equipamento detector de hidrogênio, para monitoramento permanente da concentração dos gases oriundos da recarga das baterias elétricas das empilhadeiras, que deverá possuir a etiqueta de calibração que contenha a logomarca de acreditação do Inmetro, conforme diretrizes da ABNT NBR ISO/IEC 17025.
- 4.1.32 A atividade de pintura, caso seja realizada nas dependências do CTM/FAR, deverá ser realizada em área específica (cabine estacionária), devendo ser adotadas todas as medidas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e preservação do meio ambiente.
- 4.1.33 A atividade de transporte das empilhadeiras para serviço externo, caso aplicável, deverá ser realizado através de caminhão plataforma dotado de batente para calço das rodas traseiras, cintas de fixação e demarcação do centro da plataforma para o correto posicionamento do equipamento, que deverá ser realizado pelo guincho e pino reboque, sendo vedada a utilização da força motriz do equipamento.
- 4.1.34 Para todas as atividades, é obrigatório o uso de EPIs e EPCs determinados na APR (Análise Preliminar de Risco) emitida pela contratada e na PT (Permissão de Trabalho) emitida pelo Serviço de Segurança do Trabalho de Farmanguinhos, se aplicável.
- 4.1.35 Cumprir as exigências do formulário FOR.SMS.041 – Documentos Obrigatórios para Empresas Contratadas e Subcontratadas, conforme anexo II.

Subcontratação

4.2 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.2.1.1 Serviços de manutenção preventiva dos equipamentos listados no subitem 5.5.1.1.

4.3 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.3.1 Serviços de manutenção não sistemáticas passíveis de subcontratação, conforme detalhamento no anexo V:

4.3.1.1 Locação de equipamentos para movimentação de carga;

4.3.1.2 Serviço de manutenção de componentes eletroeletrônicos das empilhadeiras;

4.3.1.3 Serviço de manutenção e recuperação de baterias;

4.3.1.4 Calibração de instrumentos eletrônicos;

4.3.1.5 Serviços de usinagem de peças;

4.3.1.6 Serviços de soldagem;

4.3.1.7 Serviço de descarte de baterias das empilhadeiras elétricas.

4.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.9 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.9.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.9.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.9.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.9.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.9.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.10 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.11 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.12 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.13 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.13.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.14 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.14.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.14.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.14.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.15 A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.15.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.16 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.17 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.18 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.19 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.19.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.19.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.20 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.20.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.20.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.21 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.22 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.23 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.24 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.25 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 15 horas. A vistoria poderá ser agendada através do telefone (21) 3348-5096 com Sr. Diogo Garrido, (21) 3348-5060 com o Sr. Dimi Pacífico ou através do e-mail: diogo.soares@fiocruz.br e dimi.pacifico@fiocruz.br.

4.26 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.27 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.28 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.29 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: Dar-se-á na data de emissão da primeira Ordem de Serviço pela Administração, a qual será expedida após a realização da reunião de partida, a ocorrer em até 7 (sete) dias contados da assinatura do contrato.

5.1.1.1 A reunião de partida tem por finalidade o alinhamento de objetivos, a apresentação da equipe, a contextualização do projeto, a discussão de expectativas, a identificação de riscos e desafios, o planejamento inicial, a entrega do Plano de Manutenção e o esclarecimento de dúvidas.

5.1.1.2 Após a reunião de partida, a Contratante e a Contratada acordarão a data da emissão da primeira ordem de serviço, a qual marcará o início da efetiva prestação do serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. MANUTENÇÃO SISTEMÁTICA DO TIPO PREVENTIVA

5.1.2.1.1. A contratada prestará Serviços de Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva, com fornecimento de Peças e Componentes. As atividades de manutenção deverão obedecer aos Planos de Manutenção descritos no Software de Manutenção utilizado pela Contratante.

5.1.2.1.2. Entende-se por manutenção preventiva os serviços de limpeza, lubrificações, ajustes, medições, revisão de funcionamento operacional, medições, verificações e testes de suas partes eletrônicas, óticas, mecânicas, pneumáticas e circuitos que componham a configuração dos

equipamentos que sejam realizados em intervalos predeterminados, ou de acordo com os critérios prescritos, destinado a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um item, conforme preconizado na NBR 5462/1994.

5.1.2.1.3. Os Planos de Manutenção descritos no Software de Manutenção utilizado pela Contratante, são necessários para a Manutenção das Empilhadeiras (Combustão e Elétrica), Paleteiras, Transpaleteiras e Carregadores de Bateria dos Equipamentos listados no item 5.5.1.1 e seus subitens, instalados nas Unidades Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR.

5.1.2.1.4. A Manutenção Sistemática do tipo Preventiva será realizada obedecendo as periodicidades do Plano de Manutenção descritas no item 5.5.1.1 e seus subitens, e que estão descritas no Software de Manutenção utilizado pela Contratante.

5.1.2.1.5. Para cada atividade de Manutenção será emitida uma Ordem de Manutenção (OM) objetivando contabilizar os serviços executados que serão discriminados, em conformidade com o item 5.5.1 e seus subitens. Cada Chamado Técnico será considerado Serviço Efetivamente Executado com o encerramento da Ordem de Manutenção devidamente preenchida e assinada pela CONTRATANTE e CONTRATADA, comprovando a execução do serviço realizado, que será acompanhado pela equipe de Fiscalização da Contratante para a validação e aprovação da Ordem de Manutenção e liberação para pagamento.

5.1.2.1.6. A Frequência para as Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva nas Unidades Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, deverá ser realizada no período de Segunda a Sexta Feira em dias úteis, no horário das 08h às 17h.

5.1.2.2. MANUTENÇÃO NÃO SISTEMÁTICAS DO TIPO CORRETIVA

5.1.2.2.1. Entende-se por manutenção corretiva os serviços prestados para a correção de problemas que impossibilitem o funcionamento dos equipamentos, de modo que os mesmos promovam seu perfeito desempenho operacional.

5.1.2.2.2. A Manutenção Não Sistemática do Tipo Corretiva dar-se-á no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência da parada do equipamento, para resolução do problema, necessário para a correta Operação das Empilhadeiras (Combustão e Elétrica). Paleteiras, Transpaleteiras e Carregadores de baterias, com substituição de peças e componentes.

5.1.2.2.3. Nas situações que não se enquadram no limite de prazo determinado no subitem 5.1.2.2.2 deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar uma justificativa por escrito compreendendo a necessidade da execução, com os prazos sugeridos, que serão analisados pelo fiscal do Contrato e sua equipe, e após aprovação, se for o caso, será efetuado o agendamento para conserto ou substituição de peças e componentes necessários ao restabelecimento da unidade e pleno funcionamento do equipamento.

5.1.2.2.4. Nos caso de danos ou falhas devido a quedas ou interrupções da rede elétrica, bem como mudanças nas condições operacionais e ambientais da localização dos equipamentos por conta da Contratante, a Contratada deverá informar a Contratante através de um Relatório Técnico direcionado ao fiscal do contrato, informando os motivos, para que este avalie a pertinência e, se for o caso, autorize a correção nos equipamentos e substituição das peças/ componentes necessários ao restabelecimento da unidade e pleno funcionamento do equipamento.

5.1.2.2.5. As Manutenções Não Sistemáticas do tipo Corretiva ocorrerão através de Chamado Técnico por parte da equipe de fiscalização da CONTRATANTE ou por observação da necessidade durante execução de manutenção preventiva por parte da CONTRATADA, porém a CONTRATADA deverá gerar um relatório técnico com fotos evidenciando a necessidade e apresentar para a fiscalização da CONTRATANTE aprovar a demanda antes de executar o serviço. As horas de manutenção corretiva precisam estar em conformidade com o quantitativo de horas apresentados no item 5.5.1.3.

5.1.2.2.6. Serviço Efetivamente Executado com o encerramento da Ordem de Manutenção devidamente preenchida e assinada pela CONTRATANTE e CONTRATADA, comprovando a execução do serviço realizado, que será acompanhado pela equipe de Fiscalização da Contratante para a validação e aprovação da Ordem de Manutenção e liberação para pagamento.

5.1.2.2.7. Os equipamentos que apresentarem defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados deverão ser reparados, corrigidos ou removidos, no total ou em parte, sendo todas as despesas de responsabilidade da empresa CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena das infrações e sanções administrativas.

5.1.2.2.8. A Contratada assumirá a responsabilidade e ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas e materiais de consumo necessários à perfeita manutenção das Empilhadeiras (Combustão e Elétrica), Paleteiras, Transpaleteiras e Carregadores de Bateria, e seus acessórios ou recomendados nos manuais dos fabricantes.

5.1.2.3. ATENDIMENTO CHAMADO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO NÃO SISTEMÁTICA DO TIPO CORRETIVA.

5.1.2.3.1. Contratada deverá atender aos chamados técnicos de manutenções não sistemáticas no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, no período de 08h às 17h, a contar da solicitação e autorização da Contratante e deverá ser registrada na Ordem de Manutenção emitida pela Contratada.

5.1.2.3.2. Cada solicitação para Manutenções Não Sistemáticas do tipo Corretiva deve ser atendida conforme citado no subitem 5.1.2.2, após as solicitações do Contratante.

5.1.2.3.3. As intervenções a serem realizadas nos equipamentos, seus acessórios e equipamentos auxiliares, poderão ocorrer de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia, desde que previamente solicitado pela Contratada e autorizado pela fiscalização do Contrato.

5.1.2.4. PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS ÀS MANUTENÇÕES

5.1.2.4.1. Sempre que houver necessidade de substituição de peças e componentes, a CONTRATADA deverá emitir um Relatório Técnico comprovando a necessidade técnica desta substituição, sendo que este procedimento deverá ser previamente autorizado pela Fiscalização do Contrato. Caso as peças/componentes estejam listados no Anexo III deste Termo de Referência, a Contratada deverá fornecê-los pelo valor contratado. Mas, tendo em vista que o referido rol é estimativo, caso as peças/componentes não estejam listados, a Contratada deverá apresentar 03 (três) ou mais cotações de preços, para a validação e aprovação prévia da fiscalização do contrato.

5.1.2.4.2. Toda e qualquer peças e componentes de reposição necessário para execução do serviço será fornecido pela CONTRATADA.

5.1.2.4.3. A empresa contratada deverá manter estoque mínimo de peças e componentes necessários aos serviços de Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva e Não Sistemáticas do tipo Corretiva para que estes não sofram descontinuidade, devendo observar as regras próprias ao fornecimento de peças e componentes dispostas neste Termo de Referência.

5.1.2.4.4. Caso a peça seja comprovadamente um item importado de custo elevado para ser mantido em estoque, a empresa Contratada deverá fornecer a peça e/ou componente no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de recebimento da Ordem de Manutenção (OM) pela Contratada.

5.1.2.4.5. A contratada deverá fornecer peças e componentes nacionais, listados no Anexo III, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, após a emissão e entrega do relatório Técnico de Avaliação Operacional do equipamento ao fiscal do Contrato.

5.1.2.4.6. Toda e qualquer peça ou componente pré-aprovado para aquisição, só será efetivamente pago após ter dado entrada no almoxarifado do CTM FAR, devidamente comprovado através da verificação com o carimbo de aceite do responsável pelo recebimento dos referidos itens.

5.1.2.4.7. As peças e componentes descritas no Anexo III, serão solicitadas e pagas de acordo com a necessidade e aprovação do fiscal do contrato.

5.1.2.5. CONDIÇÕES GERAIS DAS MANUTENÇÕES

5.1.2.5.1. A Contratada deverá emitir um Relatório de Gestão da Manutenção Mensal dos trabalhos efetuados e eventos ocorridos, além das observações e recomendações que se julgarem necessários. O Relatório dos Serviços de Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva e Não Sistemáticas do tipo Corretiva, deverão ser entregues ao Fiscal, até o 5º dia útil subsequente ao mês da execução dos serviços.

5.1.2.5.2. A Contratante será responsável por emitir todas as Ordens de Manutenção (OM) emitida pelo Software de Manutenção utilizado pela Administração. É responsabilidade da contratada efetuar as manutenções seguindo as boas práticas de engenharia e as normas de segurança. A Contratada deverá devolver a Contratante a Ordem de Manutenção devidamente preenchida, após execução dos serviços.

5.1.2.5.3. Os Serviços de Manutenção serão efetuados, preferencialmente, nos locais onde os equipamentos se encontram instalados.

5.1.2.5.4. A Contratada será responsável pelo transporte e pela entrega de peças e componentes para a manutenção.

5.1.2.5.5. Caso seja necessária a realização de algum serviço externo de equipamento, fornecimento de peças ou componentes para a manutenção, a Contratada será responsável pelo transporte, pela retirada e remessa dos equipamentos ou componentes para conserto, bem como pela posterior reinstalação dos mesmos, devidamente autorizado pela fiscalização, assumindo as despesas com a retirada e devolução dos mesmos, inclusive pelo transporte.

5.1.2.5.6. Ainda quanto ao transporte, a Contratada deverá disponibilizar meio de transporte adequado ao material, seguro de acidentes e/ou furto, responsabilizando-se, também, pelo integral ressarcimento de prejuízos causados à Administração contratante em caso de extravio ou danos irreparáveis.

5.1.2.5.7. As peças e componentes deverão ser entregues no endereço citado no item 5.2.

5.1.2.5.8. Os equipamentos que apresentarem defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados deverão ser reparados, corrigidos ou removidos, no total ou em parte, por conta da empresa contratada.

5.1.2.5.9. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos e de primeiro uso, comprovadamente de primeira qualidade, devendo ser submetidos à aprovação da fiscalização.

5.1.2.5.10. Sempre que comprovadamente necessário, todos os serviços executados deverão ser precedidos de proteção (com lona impermeável) dos locais, objetos e materiais desta Unidade. Caso necessário, a contratada providenciará o remanejamento destes para local protegido e indicado pela fiscalização.

5.1.2.5.11. As manutenções serão realizadas no local onde os equipamentos, Empilhadeiras (Combustão e Elétrica), Paleteiras, Transpaleteiras e Carregadores de Bateria, se encontram instalados.

5.1.2.5.12. Caso, por motivos técnicos, tais serviços não puderem ser executados nos locais de uso, os componentes afetados deverão ser retirados pela Contratada, mediante prévia aprovação do fiscal de contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física dos mesmos durante a retirada, assim como pelo seu transporte, pela manutenção e pela reinstalação, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.1.2.5.13. Os serviços de manutenção serão efetuados, nos locais onde os equipamentos se encontram instalados, regularmente de segunda a sexta-feira, no horário administrativo, de 08:00 às 17:00 horas, podendo, eventualmente, serem executados em finais de semana e/ou feriados, desde que previamente solicitados pela CONTRATADA e autorizados pela fiscalização do Contrato.

5.1.2.5.14. No caso em que a Contratada, como resultado das suas manutenções, venha a danificar áreas públicas ou de terceiros, deverá recuperá-las deixando-as em conformidade com o seu estado original.

5.1.2.5.15. A contratada deverá fornecer o conjunto de ferramentas e os instrumentos necessários para realização dos serviços de manutenção descritos no contrato.

5.1.2.5.16. Os Uniformes e os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC) a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados, são de responsabilidade desta e deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado e sem custo para Contratante.

5.1.2.5.17. O pagamento das despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento e transporte da equipe, durante o período de trabalho, será de responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.2.5.18. A contratada deve comunicar imediatamente à Fiscalização, independente das comunicações obrigatórias previstas na legislação, todo acidente, com ou sem afastamento, ocorrências anormais e situações de emergência. Compete à contratada apurar o evento e registrar a ocorrência, indicando as providências tomadas. Essas ocorrências devem ser divulgadas aos seus empregados e as medidas corretivas e preventivas implementadas.

5.1.2.5.19. Elaborar Instruções de Trabalho em até 30 (trinta) dias a contar da data do início da vigência do contrato, contendo as principais atividades e os requisitos para a sua execução.

5.1.2.6. FORNECIMENTO DE EMPILHADEIRA BACKUP

5.1.2.6.1. Caso haja necessidade de realização de qualquer serviço em algum equipamento coberto, nas dependências da CONTRATANTE, em que o mesmo tenha que ficar paralisado por mais de 48h, o fiscal do contrato poderá solicitar às expensas do Contratado o Fornecimento de uma Empilhadeira Backup, o equipamento deverá ser da mesma capacidade conforme modelos descritos no item 5.5.1.1 e subitens, a substituição poderá ser do mesmo modelo do equipamento ou por outro similar respeitando a capacidade, para evitar a paralisação das atividades.

5.1.2.6.2. A Empilhadeira Backup deverá ter a mesma capacidade de carga, proteções, dispositivos, sistemas e acessórios que a indisponível do CONTRATANTE, e em perfeitas condições operacionais. Deverá também permanecer disponível ao CONTRATANTE, e em plenas condições operacionais, por todo o tempo em que a indisponibilidade da máquina original durar sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

5.1.2.6.3. Todas as despesas de transporte e seguro do equipamento, bem como a manutenção desta Empilhadeira Backup serão suportados pelo CONTRATADO.

5.1.2.6.4. Todo e qualquer curso e treinamento, obrigatório por lei em conformidade com as Normas Regulamentadoras vigentes e quaisquer outras não citadas, mas de obrigatoriedade legal, relacionado Empilhadeira Backup deverá ser por conta do Contratado

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Complexo Tecnológico de Medicamentos – CTM - FARMANGUINHOS, situado à Av. Comandante Guarany, nº. 447, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ.;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 08h às 17h

Materiais a serem disponibilizados

5.4 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, às suas expensas, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1 O Contratado deverá fornecer as peças e componentes conforme rol estimado (Anexo III), essenciais para a execução do objeto deste Termo de Referência;

5.4.2 Todas as ferramentas, equipamentos, escadas, andaimes, materiais, utilizados para a realização do serviço previsto neste Termo de Referência, serão as expensas da Contratada, que deverão estar em perfeito estado de uso, inclusive as de uso em rede elétrica, devendo estas últimas estarem com seu material isolante em perfeito estado; e

5.4.3 Os equipamentos e instrumentos utilizados para medição, testes e ajustes deverão apresentar certificados de calibração (dentro do prazo de validade), antes do início da realização dos testes previamente identificados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Para o correto dimensionamento da proposta a pretensa contratada deve levar em consideração a realização dos serviços conforme abaixo:

5.5.1.1 Equipamentos e Atividades de Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva das Empilhadeiras (Combustão e Elétrica), Paleteiras, Transpaleteiras e Carregadores de Bateria do CTM-FAR.

5.5.1.1.1. Empilhadeira a Combustão

Equipamentos	Fabricante	Modelo/Quantidade		Quantidade Total	
Empilhadeira a Combustão	HYSTER	CE 1*0217	01	03	
	HELI	CE 1*0218	01		
	HANGCHA	CE 1*0219	01		
Atividades de Manutenção - Mensal				Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)
Verificação de Segurança para Operação do equipamento, e corrigir se necessário:					

Vazamentos do combustível, óleo hidráulico, óleo do motor ou água do radiador. Pneus, condições gerais e pressão (pneumáticos). Garfos, condições gerais e travas. Protetor de carga, fixação, rachaduras e montagem. Estado das mangueiras hidráulicas, correntes de elevação e ancoragem. Protetor do operador, fixação. Rachaduras e montagem. Cilindro de GLP, ferrugem, corrosão e danos. Adesivos de segurança instalados e limpos podem ser lidos com facilidade.		
Verificação do Compartimento do Motor e corrigir se necessário: Bateria seu estado e nível eletrolítico. Nível e o funcionamento do óleo (hidráulico, da transmissão e do motor, líquido do radiador) drenar e completar se necessário. Regulagem do governador, Correias do motor (todas), Correia do comando de válvulas, Filtro de ar do motor, Filtro de óleo do motor, trocar se necessário		
Verificação do Compartimento do Operador, e corrigir se necessário Manual de operação presente, Indicação de capacidade de carga, Regulagem do assento e cinto de segurança, Pedal do acelerador livre e acionamento progressivo Fluido de freio e luz indicadora		
Verificação dos Controles (após a partida e ruídos que não são normais) e corrigir se necessário: Freio de estacionamento e de serviço, Sistema de direção, Controle direcional frente e ré, de elevação e inclinação, Buzina e sinais sonoros, Luzes, faróis e giroflex.		
Verificação do funcionamento dos Indicadores e corrigir se necessário: Horímetro, Indicadores de (temperatura do motor, combustível, pressão de óleo do motor, carga do alternador, temperatura do óleo da transmissão, baixo nível de líquido do radiador, baixo nível do fluido de freio, obstrução do filtro de ar.		
Verificação do funcionamento dos Sistema Motriz e corrigir se necessário: Estado do radiador (tampa, aperto, mangueiras e presilhas), Sistema de GLP (mangueiras e presilhas), Escapamento e silencioso (estado e vazamento), Mangueiras de Vácuo (rachaduras ou vazamentos), Velas de ignição, Distribuidor, Porcas e prisioneiros das rodas, Transmissão (funcionamento e nível de óleo).		

Verificação do Sistema de Lubrificação (limpe e inspecione os locais quanto a desgaste e danos) e corrigir se necessário: Superfícies de atrito da torre e atrito do carro porta garfos, Limpeza e lubrificação das correntes de elevação, verificação do Eixo direcional, pino rei e terminais, Respiro do tanque de óleo hidráulico.		
Verificação do Sistema Hidráulico, corrigir se necessário: Vazamentos no cilindro de elevação e inclinação, Funcionamento e ruídos anormais na bomba hidráulica e da bomba da direção, Funcionamento e vazamentos no comando hidráulico, Desgaste ou danos em todas as mangueiras hidráulicas e Vazamentos gerais		
Verificação do Sistema Elétrico, corrigir se necessário: Limpeza de todos os comandos elétricos (Interruptores, Chave direcional, Interruptor da luz de freio, Chave de partida, Sensores de pressão e temperatura, Limpeza do alternador e motor de arranque, Verificação das escovas do alternador e motor de arranque, dos terminais e cabos do alternador e motor de arranque, Limpeza dos contatos da bateria e condições gerais, Condição geral da bateria, Solenoides do sistema de GLP e todas as conexões elétricas).		
Verificação de Torre e Carro Porta Garfos, corrigir se necessário: Limitadores da torre e carro porta garfos, Limpeza dos trilhos da torre, Rolamentos da torre e do carro porta garfos, Verificação dos ajustes nas âncoras das correntes de elevação e de desgaste e rachaduras nas correntes) Garfo (estado geral e desgaste).		
Teste de Rodagem e Teste de Carga, corrigir se necessário: Faça os testes de (Direção, Freios serviço e estacionamento, Sinais sonoros e luzes, Motor aceleração, Torre funcionamento correto de elevação e inclinação, faça o teste com e sem carga), usando a capacidade de carga indicada para a máquina e com os garfos posicionados corretamente. Estes testes devem ser realizados em uma área segura. Opere a empilhadeira cuidadosamente e respeite as regras de Trânsito, relate o funcionamento anormal ou ruídos estranhos.		
Valor Total das Atividades Mensais (R\$)		
Quantidade Anual		12
Valor Total das Atividades Anual (R\$)		
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Sotware de Manutenção utilizado pela Contratante		

5.5.1.1.2. Empilhadeira Elétrica

Equipamentos	Fabricante	Modelo/Quantidade		Quantidade Total	
Empilhadeira Elétrica	Linde	L16R	02	03	
		R20	01		
Atividades de Manutenção - Mensal				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Verificar o perfeito funcionamento do Controles e corrigir se necessário: Estado e fixação das rodas. Nível, complemento de água e densidade dos electrólito. Estado dos cabos, bornes e tomada de bateria. Contador horário combinado. Indicador do Limite de Descarga. Sistema de segurança e Proteção do equipamento.					
Efetuar a Limpeza dos seguintes componentes: Empilhador, das correntes, carretos da coluna da direção, das baterias e seus compartimentos					
Efetuar a Regulagem: Da altura das rodas estabilizadoras					
Efetuar a Lubrificação: Das correntes, do mastro					
Valor Total das Atividades Mensais (R\$)					
Quantidade Anual					12
Valor Total das Atividades Anual (R\$)					
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Sotware de Manutenção utilizado pela Contratante.					

5.5.1.1.3. Empilhadeiras Elétricas

--	--	--	--

Equipamentos	Fabricante	Modelo/Quantidade		Quantidade Total	
Empilhadeiras Elétrica	AMEISE	EJC	02	10	
		ETD	01		
	JUNGHEINRICH	EKC	01		
		ETV	02		
	PALETRANS	PR 17	03		
		LE - 1000Kg	01		
Atividades de Manutenção - Mensal				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Travões. Efetuar o teste do Travão.					
Abastecimento de Energia. Verificar o nível de enchimento do ácido da bateria, corrigir o nível com o fluido adequado se necessário. Verificar a o funcionamento e as fixações, da bateria, dos cabos de conexão da bateria, da união de células, bloqueio da bateria, corrigir se necessário					
Sistema Hidráulico. Lubrificar as correntes de carga. Verificar o nível do óleo hidráulico, corrigir o nível com o óleo adequado se necessário. Verificar o funcionamento da instalação hidráulica, da fixação das ligações, mangueiras e tubagens hidráulicas e existência de fugas e danos, existência de desgaste e danos nos garfos ou dispositivo de recolha de carga, corrigir se necessário.					
Sistema Elétrico Verificar o funcionamento do dispositivo de advertência e de segurança de acordo com o manual de instrução, corrigir se necessário. Verificar o funcionamento dos Indicadores, dos elementos de comando, interruptor de parada de emergência, corrigir se necessário. Testar o funcionamento dos contactores e/ou relés, a ligação elétrica do chassi, corrigir se necessário.					

Verificar o funcionamento e o desgaste do botão de segurança, corrigir se necessário.		
Carregador		
Verificar a existência de danos na ficha de rede e no cabo de rede, corrigir se necessário.		
Chassis e Estrutura		
Verificar a existência de danos e fuga equipamento de movimentação de carga, corrigir se necessário.		
Verificar a existência de danos e fuga nas coberturas, corrigir se necessário.		
Verificar a Legibilidade, integridade e a plausibilidade da sinalização, corrigir se necessário.		
Valor Total das Atividades Mensais (R\$)		
Quantidade Anual		12
Valor Total das Atividades Anual (R\$)		
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Sotware de Manutenção utilizado pela Contratante.		

5.5.1.1.4. Transpaleteira Elétrica

Equipamentos	Fabricante	Modelo/Quantidade		Quantidade Total	
Transpaleteira	Linde	T20	02	04	
	AC POWER	EPT20	01		
		EPTV20	01		
Atividades de Manutenção - Mensal				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Verificar o perfeito funcionamento do Controles e corrigir se necessário: Estado e fixação das rodas. Nível, complemento de água e densidade dos electrólito. Estado dos cabos, bornes e tomada de bateria.					

Contador horário combinado.		
Indicador do Limite de Descarga.		
Sistema de segurança e Proteção do equipamento.		
Efetuar a Limpeza dos seguintes componentes: Empilhador, das correntes, carretos da coluna da direção, das baterias e seus compartimentos		
Efetuar a Regulagem: Da altura das rodas estabilizadoras		
Efetuar a Lubrificação: Das correntes, do mastro		
Valor Total das Atividades Mensais (R\$)		
Quantidade Anual		12
Valor Total das Atividades Anual (R\$)		
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Sotware de Manutenção utilizado pela Contratante		

5.5.1.1.5. Transpaleteiras Jungheinrich

Equipamentos	Fabricante	Modelo/Quantidade		Quantidade Total	
Transpaleteira	JUNGHEINRICH	ELE	11	16	
		EKE	05		
Atividades de Manutenção - Mensal				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Travões. Efetuar o teste do Travão.					
Abastecimento de Energia. Verificar o nível de enchimento do ácido da bateria, corrigir o nível com o fluido adequado se necessário.					

Verificar a o funcionamento e as fixações, da bateria, dos cabos de conexão da bateria, da união de células, bloqueio da bateria, corrigir se necessário.		
Sistema Hidráulico. Verificar o nível do óleo hidráulico, corrigir o nível com o óleo adequado se necessário. Verificar o funcionamento da instalação hidráulica, da fixação das ligações, mangueiras e tubagens hidráulicas e existência de fugas e danos, existência de desgaste e danos nos garfos ou dispositivo de recolha de carga, corrigir se necessário.		
Sistema Elétrico Verificar o funcionamento do dispositivo de advertência e de segurança de acordo com o manual de instrução, corrigir se necessário. Verificar o funcionamento dos Indicadores, dos elementos de comando, interruptor de parada de emergência, corrigir se necessário. Testar o funcionamento dos contactores e/ou relés, a ligação elétrica do chassi, corrigir se necessário. Verificar o funcionamento e o desgaste do botão de segurança, corrigir se necessário.		
Direcção. Testar o funcionamento do timão, corrigir se necessário		
Carregador Verificar a existência de danos na ficha de rede e no cabo de rede, corrigir se necessário.		
Chassis e Estrutura Verificar a existência de danos e fuga equipamento de movimentação de carga, corrigir se necessário. Verificar a Legibilidade, integridade e a plausibilidade da sinalização, corrigir se necessário.		
Valor Total das Atividades Mensais (R\$)		
Quantidade Anual		12
Valor Total das Atividades Anual (R\$)		
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Sotware de Manutenção utilizado pela Contratante		

5.5.1.1.6. Baterias Estacionárias

Equipamentos	Fabricante das Empilhadeiras, Paleteiras e Transpaleteiras	Modelo	Capacidade	Quantidade de Bateria	Quantidade Total	
Bateria para Empilhadeira	AMEISE	ETD	24V / 608AH	2	45	
		EJC	24V / 354AH	3		
	JUNGHEINRICH	EKC	24V / 354AH	1		
		ETV	48V / 672AH	2		
	PALETRANS	PR 17	48V / 354AH	8		
	LINDE	L16R	24V / 608AH	4		
		R20	48V / 608AH	2		
	Baterias para Transpaleteira	JUNGHEINRICH	ELE	24V / 276AH		
EKE			24V / 354AH	7		
AC POWER		EPT20	24V / 210AH	2		
LINDE		T20AP	24V / 283AH	3		
Atividades de Manutenção - Mensal					Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Inspeções nas Bateria						

Medir e registrar a tensão de flutuação da bateria, igual a tensão de flutuação recomendada por elemento multiplicada pela quantidade de elementos, corrigir se necessário.		
Medir e registrar a temperatura do eletrólito dos elementos pilotos. A temperatura deve preferencialmente estar entre 25 e 30°C, corrigir se necessário. Medir e registrar a densidade do eletrólito dos elementos pilotos, corrigir se necessário.		
Verificar se os níveis de todos os elementos estão entre marcações MÁX E MÍN, corrigir se necessário. Verificar Vazamento de solução, determinar a origem, corrigir se necessário.		
Verificar se as válvulas de segurança e os plugs de manutenção estão corretamente colocados, corrigir se necessário.		
Verificar se os elementos e as estantes estão limpas, secos e livres de eletrólito condensado na superfície e livres de corrosão, corrigir se necessário. Verificar a corrente de flutuação, corrigir se necessário.		
Efetuar a limpeza externa dos vasos.		
Completar o fluido da bateria		
Efetuar reaperto em todas as barras, bornes e cabos de interligação.		
Valor Total das Atividades Mensais (R\$)		
Quantidade Anual		12
Valor Total das Atividades Anual (R\$)		
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Software de Manutenção Contratante.		

5.5.1.1.7. INVENTÁRIO DOS EQUIPAMENTO

INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS				
Equipamento	Modelo	Denominação	Fabricante	Loc.instalação
EMPILHADEIRA ELÉTRICA / A COMBUSTÃO				

1000002147	ETV-ETX-CTM-001	EMPILHADEIRA ELÉTRICA	HOPPECKE	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000002148	ETV-ETX-CTM-002	EMPILHADEIRA ELÉTRICA	HOPPECKE	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000002162	ETV-110-CTM-001	EMPILHADEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000002167	ETV-EKC15G-CTM-002	EMPILHADEIRA ELÉTRICA	AMEISE	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000002168	ETV-ETD12-CTM-002	EMPILHADEIRA ELÉTRICA	AMEISE	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000003044	ETV-110-CTM-002	EMPILHADEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000000206	ETV-10G-CTM-001	EMPILHADEIRA ELÉTRICA ETV (4.1.3)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000000207	ETV-10G-CTM-002	EMPILHADEIRA ELÉTRICA ETV (4.1.3)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000000208	ETV-ETX-CTM-003	EMPILHADEIRA ELÉTRICA ETX (4.1.3)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000000209	ETV-P70-003	EMPILHADEIRA ELÉTRICA (4.1.2)	LINDE	1001-CTM-070-70080
1000000210	ETV-P70-004	EMPILHADEIRA ELÉTRICA	LINDE	1001-CTM-070-70080
1000000211	ETV-L16R-CTM-001	EMPILHADEIRA ELÉTRICA (4.1.2)	LINDE	1001-CTM-070-70080
1000000212	ETV-L16R-CTM-002	EMPILHADEIRA ELÉTRICA (4.1.2)	LINDE	1001-CTM-070-70080
1000000213	ETV-EJC-CTM-001	EMPILHADEIRA ELÉTRICA EJC (4.1.3)	AMEISE	1001-CTM-070-70080

1000000214	ETV-EJC-CTM-002	EMPILHADEIRA ELÉTRICA EJC (4.1.3)	AMEISE	1001-CTM-070-70080
1000000215	ETV-ETD12-CTM-001	EMPILHADEIRA ELÉTRICA ETD (4.1.3)	AMEISE	1001-CTM-040-40045
1000000216	ETV-EKC15G-CTM-001	EMPILHADEIRA ELÉTRICA EKC (4.1.3)	AMEISE	1001-CTM-040-40045
1000000217	ETV-H55-CTM-001	EMPILHADEIRA A COMBUSTÃO (4.1.1)	HYSTER	1001-CTM-070-70080
1000000218	ETV-PALE-CTM-004	EMPILHADEIRA A COMBUSTÃO (4.1.1)	HELI	1001-CTM-070-70080
1000000219	ETV-P70-014	EMPILHADEIRA A COMBUSTÃO (4.1.1)	HANGCHA	1001-CTM-070-70080
1000001790	ETV-PALE-CTM-001	EMPILHADEIRA ELÉTRICA PR 17 (4.1.3)	PALETRANS	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000001791	ETV-PALE-CTM-002	EMPILHADEIRA ELÉTRICA PR 17 (4.1.3)	PALETRANS	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000001792	ETV-PALE-CTM-003	EMPILHADEIRA ELÉTRICA PR 17 (4.1.3)	PALETRANS	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
BATERIA				
1000000244	BATERIA-070-001	BATERIA PARA PALETEIRA ELÉTRICA	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004426	BAT-ETD-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA AMEISE-ETD (4.1.8)	AMEISE	1001-CTM-040-40045
1000004492	BAT-ETD-CTM-002	BATERIA ESTACIONÁRIA AMEISE-ETD (4.1.8)	AMEISE	1001-CTM-070-70082
1000004496	BAT-EJC-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA AMEISE-EJC (4.1.8)	AMEISE	1001-CTM-070

1000004497	BAT-EJC-CTM-002	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH EJC (4.1.8)	AMEISE	1001-CTM-070
1000004498	BAT-EJC-CTM-003	BATERIA ESTACIONÁRIA EJC (4.1.8)	AMEISE	1001-CTM-040-40045
1000004499	BAT-EKC-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH EKC (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070-70082
1000004500	BAT-ETX-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ETX (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004501	BAT-ETX-CTM-002	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ETX (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004502	BAT-ETX-CTM-003	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ETX (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004503	BAT-ETX-CTM-004	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ETX (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004504	BAT-ETX-CTM-005	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ETX (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004505	BAT-ETX-CTM-006	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ETX (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004506	BAT-ETV-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ETV (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004507	BAT-ETV-CTM-002	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ETV (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004508	BAT-PR17-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA PALETR PR17 (4.1.8)	PALETRANS	1001-CTM-070
1000004509	BAT-PR17-CTM-002	BATERIA ESTACIONÁRIA PALETR PR17 (4.1.8)	PALETRANS	1001-CTM-070
1000004510	BAT-PR17-CTM-003	BATERIA ESTACIONÁRIA	PALETRANS	1001-CTM-070
1000004511	BAT-PR17-CTM-004	BATERIA ESTACIONÁRIA PALETR PR17 (4.1.8)	PALETRANS	1001-CTM-070

1000004512	BAT-PR17-CTM-005	BATERIA ESTACIONÁRIA PALETR PR17 (4.1.8)	PALETRANS	1001-CTM-070
1000004513	BAT-PR17-CTM-006	BATERIA ESTACIONÁRIA PALETR PR17 (4.1.8)	PALETRANS	1001-CTM-070
1000004514	BAT-L16R-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA LINDE LR16R (4.1.8)	LINDE	1001-CTM-070
1000004515	BAT-L16R-CTM-002	BATERIA ESTACIONÁRIA LINDE LR16 (4.1.8)	LINDE	1001-CTM-070-70082
1000004516	BAT-L16R-CTM-003	BATERIA ESTACIONÁRIA LINDE LR16R (4.1.8)	LINDE	1001-CTM-070
1000004517	BAT-L16R-CTM-004	BATERIA ESTACIONÁRIA LINDE LR16R (4.1.8)	LINDE	1001-CTM-070
1000004518	BAT-R20-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA LINDE - R20 (4.1.8)	LINDE	1001-CTM-070
1000004519	BAT-R20-CTM-002	BATERIA ESTACIONÁRIA LINDE R20 (4.1.8)	LINDE	1001-CTM-070-70082
1000004520	BAT-ELE-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ELE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004521	BAT-ELE-CTM-002	BATERIA ESTAC. ELE (4.1.8) PRODUÇÃO 70	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004522	BAT-ELE-CTM-003	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ELE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-040-40045
1000004523	BAT-ELE-CTM-004	BATERIA ESTAC. ELE (4.1.8) PRODUÇÃO 70	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004524	BAT-ELE-CTM-005	BATERIA ESTAC. ELE (4.1.8) PRODUÇÃO 70	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004525	BAT-ELE-CTM-006	BATERIA ESTAC. ELE (4.1.8) PRODUÇÃO 70	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004526	BAT-ELE-CTM-007	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ELE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070

1000004527	BAT-ELE-CTM-008	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ELE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004528	BAT-ELE-CTM-009	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ELE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004529	BAT-ELE-CTM-010	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ELE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004530	BAT-ELE-CTM-011	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH ELE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004531	BAT-EKE-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH EKE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004532	BAT-EKE-CTM-002	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH EKE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070-70082
1000004533	BAT-EKE-CTM-003	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH EKE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-040-41162
1000004534	BAT-EKE-CTM-004	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH EKE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-040-41162
1000004535	BAT-EKE-CTM-005	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH EKE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004536	BAT-EKE-CTM-006	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH EKE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-040-41162
1000004537	BAT-EKE-CTM-007	BATERIA ESTACIONÁRIA JUNGH EKE (4.1.8)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004538	BAT-EPT20-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA A POWER ETP (4.1.8)	AC POWER	1001-CTM-070
1000004539	BAT-EPT20-CTM-002	BATERIA ESTACIONÁRIA A POWER ETP (4.1.8)	AC POWER	1001-CTM-070
1000004540	BAT-T20AP-CTM-001	BATERIA ESTACIONÁRIA LINDE T20AP (4.1.8)	LINDE	1001-CTM-070

1000004541	BAT-T20AP-CTM-002	BATERIA ESTACIONÁRIA LINDE T20AP (4.1.8)	LINDE	1001-CTM-070
1000004542	BAT-T20AP-CTM-003	BATERIA ESTACIONÁRIA LINDE T20AP (4.1.8)	LINDE	1001-CTM-070-70082
1000006760	BAT-PR17-CTM-007	BATERIA ESTACIONÁRIA PALETR PR17 (4.1.8)	PALETRANS	1001-CTM-070
1000006761	BAT-PR17-CTM-008	BATERIA ESTACIONÁRIA PALETR PR17 (4.1.8)	PALETRANS	1001-CTM-070
1000007686	BAT-ENG-CTM-001	BATERIA ESTRACIONÁRIA	ENGETUB	1001-CTM
1000007687	BAT-ENG-CTM-002	BATERIA ESTRACIONÁRIA	ENGETUB	1001-CTM
1000007688	BAT-ENG-CTM-003	BATERIA ESTRACIONÁRIA	ENGETUB	1001-CTM-010
1000007911	BAT-ENG-CTM-004	BATERIA ESTACIONÁRIA	Engetub	1001-CTM-010
CARRO TRANSPORTE DE BATERIA				
1000004491	CTP-CTM-001	CARRO TRANSPORTE BATERIAS (4.1.9)	AMEISE	1001-CTM-070
1000004543	CTP-CTM-002	CARRO TRANSPORTE BATERIAS (4.1.9)	AMEISE	1001-CTM-070
1000004544	CTP-CTM-003	CARRO TRANSPORTE BATERIAS (4.1.9)	AMEISE	1001-CTM-070
1000004545	CTP-CTM-004	CARRO TRANSPORTE BATERIAS (4.1.9)	AMEISE	1001-CTM-070
1000004546	CTP-CTM-005	CARRO TRANSPORTE BATERIAS (4.1.9)	AMEISE	1001-CTM-070

1000004547	CTP-CTM-006	CARRO TRANSPORTE BATERIAS (4.1.9)	AMEISE	1001-CTM-070
1000004548	CTP-CTM-007	CARRO TRANSPORTE BATERIAS (4.1.9)	AMEISE	1001-CTM-070
1000004549	CTP-CTM-008	CARRO TRANSPORTE BATERIAS (4.1.9)	AMEISE	1001-CTM-070
1000004550	CTP-CTM-009	CARRO TRANSPORTE BATERIAS (4.1.9)	AMEISE	1001-CTM-070
1000004551	CTP-CTM-010	CARRO TRANSPORTE BATERIAS (4.1.9)	AMEISE	1001-CTM-070
PALETEIRAS / TRANSPALETEIRAS				
1000002145	ETP-ELE16G-CTM-001	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-040
1000002146	ETP-EKE20G-CTM-002	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000002149	ETP-JEJC14-CTM-001	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000002150	ETP-JELE16G-CTM-001	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-040
1000002151	ETP-JELE16G-CTM-006	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-040-40040
1000002152	ETP-JEKE20-CTM-001	TRANSP. ELÉTRICA JUNGH EKE (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000002153	ETP-JELE16G-CTM-007	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070

1000002154	ETP- JEKE20G- CTM-001	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-040
1000002155	ETP-JEKE20- CTM-002	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-040
1000002156	ETP- JELE16G- CTM-002	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000002157	ETP- JELE16G- CTM-012	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000002158	ETP- JELE16G- CTM-003	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-010- ALMOXARIFADO
1000002159	ETP- JELE16G- CTM-008	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000002160	ETP- JELE16G- CTM-009	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000002161	ETP- JEKE20G- CTM-002	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000002163	ETP- JEKE20G- CTM-003	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000002164	ETP- JELE16G- CTM-010	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-010- ALMOXARIFADO
1000002165	ETP- JELE16G- CTM-011	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000002166	ETP- JEKE20G- CTM-004	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070

1000002169	ETP-JELE16G-CTM-004	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000002170	ETP-JELE16G-CTM-005	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000002171	ETP-JEKE20G-CTM-005	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000002172	ETP-JEKE20G-CTM-006	PALETEIRA ELÉTRICA	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070
1000003212	ETP-PALE-CTM-002	PALETEIRA	PALETRANS	1001-CTM-070
1000000220	ETP-PALE-CTM-003	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) PR 70 BLOWMOLDI	PALETRANS	1001-CTM-070
1000000221	ETP-PALE-CTM-004	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) PRÉDIO 10B ALMX	PALETRANS	1001-CTM-070
1000000222	ETP-PALE-CTM-005	PALETEIRA MANUAL-4.1.6 PRÉDIO 10B AR TEC	PALETRANS	1001-CTM-070
1000000223	ETP-FLEXO-CTM-003	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) - FLEXOGRAFIA	LIFTCAR	1001-CTM-090
1000000224	ETP-LIFT-CTM-004	PALETEIRA MANUAL (4.1.6)	LIFTCAR	1001-CTM-070
1000000225	ETP-LIFT-CTM-005	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) ROTOCUBE 70814	LIFTCAR	1001-CTM-070
1000000226	ETP-LIFT-CTM-006	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) CREMER 70808	LIFTCAR	1001-CTM-070
1000000227	ETP-LIFT-CTM-007	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) ÁREA TEC 70 UTL	LIFTCAR	1001-CTM-070

1000000228	ETP-LIFT-CTM-008	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) PRÉDIO 60 ALMOX	LIFTCAR	1001-CTM-070
1000000229	ETP-PALE-CTM-008	PALETEIRA	PALETRANS	1001-CTM-070
1000000230	ETP-SHIN-CTM-001	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) ALM 70 RESÍDUO	SCHNEIDER LEICHTBAU	1001-CTM-070
1000000231	ETP-T20AP-CTM-001	TRANSPALETEIRA ELÉTRICA T20 (4.1.4)	LINDE	1001-CTM-070
1000000232	ETP-T20AP-CTM-002	TRANSPALETEIRA ELÉTRICA T20 (4.1.4)	LINDE	1001-CTM-070
1000000233	ETP-EPT20-CTM-003	TRANSPALETEIRA ELÉTRICA	AC PWOER	1001-CTM-070
1000000234	ETP-EPT20-CTM-004	TRANSPALETEIRA ELÉTRICA	AC PWOER	1001-CTM-070
1000000235	ETP-HID-CTM-001	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) - 70 ALMOX.		1001-CTM-070
1000000236	ETP-HID-CTM-002	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) PRÉDIO 10B ALMX		1001-CTM-070
1000000237	ETP-HID-CTM-003	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) PRÉDIO 10B ALMX		1001-CTM-070
1000000238	ETP-HID-CTM-004	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) PRÉDIO 40 ALMOX		1001-CTM-070
1000000239	ETP-HID-CTM-005	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) PR.80 ALMX PRED		1001-CTM-070
1000000240	ETP-EKE-CTM-001	TRANSPALETEIRA EKE (4.1.5) PROD.70 (08)	JUNGHEINRICN	1001-CTM-070-70000
1000000262	ETP-EKE20-CTM-001	TRANSPALETEIRA ELÉTRICA EKE (4.1.5)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-040-41162
1000000266	ETP-060-001	PALETEIRA TRANS - 1000KG (4.1.3)		1001-CTM-060

1000000290	ETP-ELE16-CTM-001	TRANSP. ELÉTRICA ELE 70 ALMOX (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000000291	ETP-ELE16-CTM-002	TRANSP. ELÉTRICA ELE 10B ALMOX (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000000292	ETP-ELE16-CTM-003	TRANSPALETEIRA ELE PROD. 70 (18) (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70000
1000000293	ETP-ELE16-CTM-004	TRANSPALETEIRA ELE PROD. 70 (22) (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-010-PREDIO_10B
1000000294	ETP-ELE16-CTM-005	TRANSPALETEIRA ELE PROD. 70 (05) (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000000295	ETP-ELE16-CTM-006	TRANSP. ELÉTRICA ELE 70 ALMOX (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000000296	ETP-ELE16-CTM-007	TRANSP. ELÉTRICA ELE 10B ALMOX (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000000297	ETP-ELE16-CTM-008	TRANSPALETEIRA ELE PROD. 70 (23) (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000000298	ETP-ELE16-CTM-009	TRANSPALETEIRA ELE PROD. 70 (12) (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000000299	ETP-ELE16-CTM-010	TRANSP. ELÉTRICA ELE 40 ALMOX (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-040-40045
1000000300	ETP-EKE20-CTM-002	TRANSP. ELÉTRICA JUNGH EKE (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000000301	ETP-EKE20-CTM-003	TRANSPALETEIRA EKE (4.1.5) ALMOX. 10B	JUNCHEIRICH	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000000418	ETP-LIFT-CTM-001	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) C. RESÍDUO ETE		1001-CTM-070
1000000419	ETP-CTM-001	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) CAMINHÃO - 7782		1001-CTM-040
1000001132	ETP-EPT20-CTM-001	TRANSPALETEIRA ELÉTRICA EPT20 (4.1.4)	AC POWER	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO

1000001133	ETP-EPT20-CTM-002	TRANSPALETEIRA ELÉTRICA EPTV20 (4.1.4)	AC POWER	1001-CTM-010-ALMOXARIFADO
1000004427	ETP-ELE11-CTM-001	TRANSPALETEIRA ELE PROD. 70 (19) (4.1.5)	JUNCHEIRICH	1001-CTM-070-70080
1000004428	ETP-EKE05-CTM-001	TRANSPALETEIRA EKE ALMOX. 70 (4.1.5)	JUNGHEINRICH	1001-CTM-070
1000004430	ETP-TM3020-CTM-001	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) CAMINHÃO - 7783	PALETRANS	1001-CTM-040
1000004431	ETP-LIFT-CTM-002	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) C. RESÍDUO ETE		1001-CTM-070
1000004478	ETP-2TON-CTM-001	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) 2° PAVIM. 72300	GS - GEPRÜFTE SICHERHEIT	1001-CTM-070
1000004479	ETP-2TON-CTM-002	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) 2° PAVIM. 72300	GS - GEPRÜFTE SICHERHEIT	1001-CTM-070
1000004480	ETP-2TON-CTM-003	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) 1° PAVIM. 71200	GS - GEPRÜFTE SICHERHEIT	1001-CTM-070
1000004481	ETP-2TON-CTM-004	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) PESAGEM 70100	GS - GEPRÜFTE SICHERHEIT	1001-CTM-070
1000004482	ETP-2TON-CTM-005	PALETEIRA MANUAL (4.1.6) TRACOLINO 70480	GS - GEPRÜFTE SICHERHEIT	1001-CTM-070
1000006524	ETP-PALE-CTM-006	Paleteira Manual CAG	Paletrans	1001-CTM-050
1000006525	ETP-PALE-CTM-007	Paleteira Manual P50	PALETRANS	1001-CTM-050
1000006526	ETP-PALE-CTM-009	Paleteira Manual P50	PALETRANS	1001-CTM-050

1000006527	ETP-PALE-CTM-010	Paleteira Manual ETE	PALETRANS	1001-CTM-150
1000006530	ETP-PALE-CTM-011	Paleteira Manual Flexografia	PALETRANS	1001-CTM-090
1000006833	ETP-PALE-CTM-012	Paleteira Manual P70	Paletrans	1001-CTM-070-71160
1000006834	ETP-PALE-CTM-013	Paleteira Manual P70	Paletrans	1001-CTM-070-72160
1000007389	PALETEIRA PALETRANS 1	Paleteira Paletrans	Petrans equipamentos LTDA.	1001-CTM-030-SECAO_TRANSPORTE
1000007390	PALETEIRA PALETRANS 2	Paleteira Paletrans	Petrans equipamentos LTDA.	1001-CTM-030-SECAO_TRANSPORTE
1000007391	PALETEIRA PALETRANS 3	Paleteira Paletrans	Petrans equipamentos LTDA.	1001-CTM-030-DEP_TRANSPORTE
1000007392	PALETEIRA PALETRANS 4	Paleteira Paletrans	Petrans equipamentos LTDA.	1001-CTM-030-SECAO_TRANSPORTE

5.5.1.2. Quadro Resumo Das Atividades De Manutenção Sistemáticas Do Tipo Preventiva Dos Equipamentos.

QUADRO RESUMO E PERIODICIDADES DE MANUTENÇÃO SISTEMÁTICAS DO TIPO PREVENTIVA			
Item	Subitens	Valor Total Anual das atividades realizadas mensalmente (R\$)	Valor Total Anual das atividades por Equipamento (R\$)
5.5.1.1	5.5.1.1.1		
	5.5.1.1.2		
	5.5.1.1.3		

	5.5.1.1.4		
	5.5.1.1.5		
	5.5.1.1.6		
Valor Anual Total para a Manutenção Sistemática do Tipo Preventiva (R\$)			

5.5.1.3. Serviço de Manutenção não Sistemática do tipo Corretiva

Demonstrativo de Preço para realização de serviço com mão de obra residente (6.000 H/h)			
Profissional Qualificado	Quantidade de H/h mensal	Valor de H/h (R\$) unitário	Valor de H/h Mensal (R\$)
	500		
Quantidade de Meses do contrato			12
Valor Anual Total para a Manutenção Não Sistemática do tipo Corretiva (R\$)			

Nota: Os Serviços deverão ser executados por profissionais qualificados

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá apresentar preposto da empresa no local da execução do objeto, sempre que solicitado pela fiscalização da contratante, em casos de reuniões para alinhamento de demandas, negociações contratuais e acompanhamento na realização dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo I**.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. As métricas de dimensionamento para fins de avaliação de resultados e faturamento financeiro que inclui a aplicação de instrumentos de medição de resultados) são aquelas definidas nas respectivas especificações técnicas para cada ITEM de serviço, conforme ANEXO I;

7.4.2. A avaliação da qualidade dos serviços consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir e de outros que possam ser definidos nas ORDENS DE SERVIÇO, de acordo com a especificidade da demanda. Os serviços serão avaliados segundo os critérios de completude, consistência, forma e qualidade considerando:

7.4.2.1. **Critério de Completude:** serão considerados incompletos os serviços entregues sem que todos os elementos requeridos estejam presentes;

7.4.2.2. **Critério de Consistência:** serão considerados inconsistentes os serviços entregues com não conformidades que impeçam o seu uso. São exemplos de não conformidades impeditivas as falhas provocadas pela operação da funcionalidade, comportamentos que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos ou com as especificações do fabricante bem como inadequações na documentação de natureza funcional;

7.4.2.3. **Critério de Forma:** serão considerados desformatados os serviços entregues com não conformidades relacionadas à forma, inadequações de natureza estética ou o não uso de modelos de documentos definidos, desde que a forma implique prejuízo de informações ou descaracterização do serviço;

7.4.2.4. **Critério de Qualidade:** as entregas serão avaliadas com base em sua conformidade com os níveis mínimos de serviço estabelecidos. Entregas que não atingirem o nível mínimo de qualidade serão rejeitadas.

7.4.3. Somente serão faturadas as Ordens de Serviços efetivamente executadas, após avaliação de conformidade das condições de entrega dos serviços e validação pela CONTRATANTE.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, a Administração, em até o dia 5 do mês subsequente, procederá à verificação da execução dos serviços relativos ao mês anterior, com vistas ao recebimento provisório e à autorização do pagamento, mediante análise do relatório técnico encaminhado pelo Contratado, confirmando o recebimento provisório por meio das assinaturas da fiscalização no IMR e no espelho de faturamento.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de cada mês corrente.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.33.1. O índice apresentado está alinhado com o previsto no Ofício nº 28/2023-VDGI/FAR, de 19 de maio de 2023, por meio do qual, após estudos conduzidos internamente durante o período de transição para a Lei nº 14.133/2021, a unidade entendeu que esse seria o mais adequado à realidade institucional.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que constará do Preâmbulo do Edital, que levará a data base do orçamento à anuidade da adjudicatária em fase interna da contratação.

7.39. Após o interregno de um ano, e desde que previamente solicitado pela CONTRATADA – pedido expresso deverá ser apresentado à Fiscalização do contrato em data anterior à anualidade a que se referir o reajuste, sob pena de abdicação tácita, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA /IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39.1. Informa-se que o escopo do objeto não possui um índice setorial ou específico, de modo que o IPCA se caracteriza como o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração, sendo este o índice oficial de inflação, de ampla aceitação e divulgação periódica por órgão governamental.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja solicitado pela CONTRATADA quando da divulgação do índice definitivo.

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.2.1. Justifica-se tal adoção pela possibilidade de definição prévia e suficiente do escopo, das rotinas de manutenção, dos níveis de serviço e das obrigações da contratada. Este regime confere maior previsibilidade de custos à Administração, reduzindo riscos de aditivos contratuais, facilitando o planejamento orçamentário e o controle da execução, além de transferir à contratada a responsabilidade pela adequada gestão dos recursos necessários à prestação dos serviços. Assim, tal medida preserva o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e atende aos princípios da eficiência, da economicidade e da segurança jurídica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 8% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade

9.32.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. O licitante deverá apresentar 1 (um) ou mais Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome e favor da empresa Licitante, comprovando a execução de prestação de serviço de Manutenção Sistemática do tipo Preventiva envolvendo Empilhadeiras (Combustão e Elétrica), com Capacidade Nominal (> ou =) 2000 kg, com características compatíveis com o objeto desta licitação, que constitui a parcela de maior relevância do objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 3 (três) anos;

9.33.2. A exigência contida no subitem **9.33.1.1** refere-se a 50% da parcela de maior relevância técnica do objeto licitado, e é imprescindível uma vez que o serviço a ser contratado contribui na produção de medicamentos do parque Fabril, e sua paralização irá ocasionar impacto direto na produção de medicamentos do CTM. Assim, para que isto não ocorra, solicitamos as comprovações acima, pois o não atendimento de tais exigências impactará negativamente nos serviços a serem prestados

9.33.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

9.33.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.41.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.41.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.41.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.41.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.41.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.41.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.41.6.1. ata de fundação;

9.41.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.41.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.41.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.41.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.41.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.41.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação será tornado público após a realização da pesquisa de mercado, passando a constar no instrumento editalício, que terá como anexo o Termo de Referência como parte integrante do presente instrumento.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 25201/254446;

II) Fonte de recursos: 1002;

III) Programa de trabalho: 10.303.5117.4370.0001 (Ação: 4370 - Atendimento à População III) para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais);

IV) Elemento de despesa: 33.90.39; e

V) Plano interno: A1FAR.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto a estimativa do valor da contratação, que será disponibilizada no momento da publicação do edital, ou seja, antes da abertura do certame licitatório.

13. ANEXOS

ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - (IMR)

ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO PARA SMS

ANEXO III – ROL ESTIMATIVO DE PEÇAS, COMPONENTES E INSUMOS PARA MANUTENÇÕES

ANEXO IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO V - MANUTENÇÕES NÃO SISTEMÁTICAS PASSÍVEIS DE SUBCONTRATAÇÃO

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2026.

Beatriz Maria Simões Ramos da Silva
Vice-Diretora de Operações e Produção
Matrícula SIAPE nº 1638291

Silvia Pereira da Silva Santos
Matrícula SIAPE nº 1556155
Diretora/Ordenadora de Despesas
CPF: 093.565.447-00

13. ANEXO I

anexo

14. ANEXO II

anexo

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANO DA SILVA ALEXANDRE

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 10/07/2026 às 16:08:36.

BRUNO RODRIGUES DE SOUZA E SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 10/07/2026 às 16:08:58.

JOSE ROCHA DA CRUZ JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/07/2026 às 16:16:13.

BEATRIZ MARIA SIMOES RAMOS DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/07/2026 às 16:28:45.

ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - (IMR)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - (IMR)		
Indicador de Nível de Serviços nº 1 Respeito aos atendimentos das demandas do Instituto de Tecnologia em Fármacos / FIOCRUZ		
ITEM	DESCRIÇÃO:	
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas de Farmanguinhos, do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, relativamente ao objeto contratual, estas fixadas no Termo de Referência, bem como as demais solicitações pertinentes ao contrato feitas por carta/ofício, e-mail e telefone à CONTRATADA.	
Meta a cumprir	Garantir o correto funcionamento do equipamento dentro das condições operacionais padrão.	
Instrumento de medição:	Através de correio eletrônico e relatórios circunstanciados, se for o caso, atestando eventuais não conformidades identificadas pela fiscalização da CONTRATANTE e Notificadas por escrito à CONTRATADA , pela fiscalização e/ou Gestor da Execução do Contrato.	
Forma de acompanhamento:	Pelo telefone e/ou correio eletrônico, se for o caso, que poderá gerar envio de notificação à empresa CONTRATADA .	
Periodicidade	Verificação diária compilada antes da ocorrência do pagamento único.	
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.	
Mecanismo de Cálculo	Por cada desconformidade atestada pela CONTRATANTE , através do correio eletrônico e/ou relatório da fiscalização/ Gestor da Execução do Contrato atestando desconformidade que poderá gerar envio de notificação à empresa CONTRATADA .	
Faixas de Ajuste no Pagamento	GRAU	CORRESPONDÊNCIA
	1	0,2%
	2	0,4%
	3	0,8%
	4	1,6%
	5	3,2%
	Aplicação de: glosa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) até o máximo de 3,2% (três vírgula dois por cento) sobre o valor mensal do contrato de acordo com a tabela 1 constante deste Anexo, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.	
Sanções:	Advertência: ultrapassou o limite máximo de 3,2% (três vírgula dois por cento), aplica-se a sanção prevista neste Termo de Referência.	
	Multa: reincidência na ultrapassagem do limite máximo de 3,2% (três vírgula dois por cento), aplica-se a sanção prevista neste Termo de Referência.	
	Reincidência da ocorrência que ocasionou a aplicação da sanção de multa acima - possibilidade de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no Termo de Referência.	
Definições:	Ocorrência: não execução de atividade, ação, obrigação ou atendimento de prazos em condições divergentes ao estipulado no Termo de Referência e seus Anexos.	
OBSERVAÇÕES Todas as ocorrências registradas nas Ordens de Manutenção de serviços, deverão ser notificadas à CONTRATADA, estipulando prazo para solução das falhas apontadas. Todos os registros deverão ser datados. Todas as ocorrências deverão ser descritas no Relatório Mensal a ser enviado à FISCALIZAÇÃO, juntamente com a fatura atestada para liberação do pagamento.		

Tabela 1

INFRAÇÃO - DESCRIÇÃO DO DESVIO

Para os itens a seguir, que a contratada deixar de:

GRAU

1	Manter em estoque produtos que não sejam biodegradáveis fora das especificações previstas em normas e portarias, sem autorização formal do contratante, por item e por dia de ocorrência	1
2	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência	1
3	Deixar de ter indicador mensal de 98%, do demonstrativo dos resultados obtidos na execução das Ordens de Manutenção Sistemática do tipo Preventiva dos serviços (Planejado x Realizado)	2
4	Deixar de ter indicador mensal de 98%, do demonstrativo dos resultados obtidos na execução das Ordens de Manutenção Não Sistemática do tipo Corretiva dos serviços realizado conforme	2
5	Deixar de apresentar indicador mensal de 98% na avaliação de Satisfação do Cliente, registrados em cada Ordem de Manutenção (Sistemática do Tipo Preventiva e Não Sistemática do Tipo	2
6	Fornecer materiais, peças e componentes de qualidade inferior, e/ou fora das especificações dos fabricantes dos equipamentos, por item e por dia de ocorrência;	3
7	Deixar de executar as exigências e fornecer a Documentação para SMS oriundos da execução de suas atividades dentro das dependências da Contratante, conforme previsto no ANEXO II	3
8	Deixar de manter o equipamento operante em 100% de sua capacidade	3
9	Deixar de fornecer vestimentas a seus empregados condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano. Valorado por item;	3
10	Deixar de manter Empilhadeira Backup em caso de necessidade, nas dependências da CONTRATANTE, no período em que o equipamento ficar parado por mais de 48h, a Empilhadeira Back que o equipamento da CONTRATANTE que estiver indisponível, deverá estar em perfeitas condições operacionais, para evitar a paralisação das atividades, de acordo com estipulado no item	4
11	Deixar de fornecer no prazo descrito no item 5.1.2.4. e seus sub-itens as peças e componentes descritas no ANEXO III necessários para realização dos serviços de Manutenções Sistemáticas do tipo Prev deste Termo de Referência; valorado por item e por ocorrência;	4
12	Deixar de efetuar as Manutenções Sistemáticas do tipo Preventivas dos equipamentos conforme no item 5.5.1.1. e seus subitens deste Termo de Referência; valorado por evento e por ocorrência	5
13	Deixar de efetuar as Manutenções Não Sistemáticas do tipo Corretivas dos equipamentos conforme item 5.5.1.3. Deste Termo de Referência; Valorado por evento e por ocorrência	5
15	Deixar de atender aos chamados técnicos de Manutenção Não Sistemáticas nos prazos estabelecidos no item 5.1.2.3.1, sendo valorado por item e por ocorrência;	5
16	Deixar de atender, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços que são objeto deste contrato, por dia e por unidade de atendimento.	5
17	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por item e por ocorrência.	5

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

1. Empresas que irão trabalhar até 05 (cinco) dias, deverão apresentar os documentos abaixo digitalizados com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência:

- a) Páginas da carteira de trabalho: página da foto com o número da carteira, série e assinatura do portador, da qualificação civil e do contrato de trabalho;
- b) Ou ficha de registro com identificação e assinatura do empregador ou cadastro no E-social conforme a portaria SEPRT 1195 (30/10/2019) e suas atualizações;
- c) Ou contrato de trabalho, devidamente assinado pelas partes interessadas;
- d) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, conforme NR 07;
- e) Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo;
- f) Carteira de vacinação do adulto;
- g) Comprovante de capacitação técnica para as funções específicas;
- h) Lista de equipamentos, ferramentas e materiais que serão utilizados na execução das atividades, quando aplicável;
- i) Quando aplicável, ART do Responsável Técnico pelo Projeto/Obra;
- j) Quando aplicável, CREA ou respectivo Conselho de Classe;
- k) Quando aplicável, comprovantes de Treinamentos Obrigatórios (**item 9**);
- l) Quando aplicável, documentos para movimentação de cargas (**item 8**).

Nota 1: Para as empresas que se enquadrarem no **item 1** não será exigida a apresentação da Ficha de EPI, mas todos os funcionários deverão portar seus respectivos equipamentos de acordo com os riscos da atividade, conforme determina a NR 6 – EPI;

Nota 2: Não se enquadram no **item 1**, empresas que executem serviços que envolvam risco químico, físico, biológico, trabalhos em altura, espaço confinado, eletricidade, trabalhos a quente, movimentação de carga com equipamentos de guindar, dentre outros que poderão ser enquadrados conforme análise da Divisão de Segurança do Trabalho. Nestes casos a empresa deverá ser enquadrada no **item 2** deste Formulário.

2. Empresas que irão trabalhar com prazo de 06 (seis) a 30 (trinta) dias, esporadicamente ou irão realizar levantamento de informações para elaboração de projetos, com prazo máximo de 90 (noventa) dias, deverão apresentar os documentos abaixo digitalizados com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência:

- a) Páginas da carteira de trabalho: página da foto com o número da carteira, série e assinatura do portador, da qualificação civil e do contrato de trabalho;
- b) Ou ficha de registro com identificação e assinatura do empregador ou cadastro no E-social conforme a portaria SEPRT 1195 (30/10/2019) e suas atualizações;
- c) Ou contrato de trabalho, devidamente assinado pelas partes interessadas;

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

- d) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, conforme NR 07;
- e) Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo;
- f) Carteira de vacinação do adulto.
- g) Ficha de entrega de Equipamento de Proteção Individual - EPI e uniformes, conforme NR - 06, devidamente assinada pelo empregador e pelo empregado;
- h) Ordem de Serviço - OS, conforme NR - 01;
- i) Comprovante de capacitação técnica para as funções específicas a serem realizadas;
- j) Análise Preliminar de Riscos - APR com descrição detalhada das atividades, identificação dos riscos envolvidos e medidas de controle que reduzam ou eliminem os riscos identificados, exceto para as atividades de levantamento de informações para elaboração de projetos;
- k) Lista de equipamentos, ferramentas e materiais que serão utilizados na execução das atividades;
- l) Quando aplicável, cópia da ART do Responsável Técnico pelo Projeto/Obra;
- m) Quando aplicável, cópia do CREA ou respectivo Conselho de Classe;
- n) Quando aplicável, comprovantes de treinamentos Obrigatórios (**item 9**);
- o) Quando aplicável, documentos para movimentação de cargas (**item 8**);
- p) Foto 3x4 digital, em formato JPG ou BMP.

3. Empresas que irão trabalhar com prazo superior a 30 (trinta) dias ou irão realizar levantamento de informações para elaboração de projetos, com prazo superior a 90 (noventa) dias, além das exigências listadas no item 2, deverão apresentar os documentos abaixo digitalizados em até 45 dias após o início das atividades:

- a) Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, conforme NR – 01;
- b) Laudo Técnico das condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, conforme Lei nº 8.213, de 1991 e suas atualizações;
- c) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR – 07;
- d) Constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, quando aplicável, ou indicar o seu representante legal devidamente registrado, conforme determina a NR 05, fundamentada no grau de risco da Unidade onde será executada a atividade;
- e) Constituir Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, quando aplicável, ou indicar o seu representante legal devidamente registrado, conforme determina a NR 04, fundamentada no grau de risco da Unidade onde será executada a atividade;
- f) Laudo de Insalubridade e Periculosidade;

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

4. Estrangeiros a trabalho, deverão apresentar os documentos abaixo, digitalizados, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência:

- Passaporte com visto para trabalho, quando aplicável (conforme QGRV - Quadro Geral de Regime de Vistos para a Entrada de Estrangeiros no Brasil, da Divisão de Controle Migratório do MRE – Ministério das Relações Exteriores);
- Seguro Viagem;
- Declaração de Vínculo e/ou Responsabilidade;
- Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo;
- Carteira de vacinação do viajante;
- Atender as exigências do **item 05**.

Nota 3: Portar seus respectivos equipamentos de acordo com os riscos de sua atividade, conforme determina a NR 6 – EPI;

Nota 4: Atender as legislações brasileiras relacionadas às áreas de Saúde e Segurança do Trabalho.

5. Parceiros nacionais ou internacionais:

Para acesso de pessoas provenientes de parcerias externas, tais como representantes de empresas parceiras em projetos de absorção/transferência de tecnologias ou em projetos de desenvolvimento tecnológico, Cooperação Técnica ou qualquer outro tipo de acordo técnico externo, a área demandante, deverá enviar um e-mail, com pelo menos **15 (quinze)** dias de antecedência, para cadastroempresa.far@fiocruz.br, informando:

- data do evento/acompanhamento;
- quantidade de pessoas que irão realizar a atividade;
- quais atividades serão realizadas e/ou acompanhadas;
- local de realização das atividades.

6. Parceiros Nacionais que irão executar atividades laborais, deverão apresentar os documentos abaixo, digitalizados, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência:

- Documento que comprove o vínculo da (s) pessoa(s) com a empresa parceira (carteira de trabalho, contrato de trabalho ou ficha de registro do funcionário (sempre assinados pelo empregador/contratante);
- Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, conforme NR 07;
- Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo (a ser preenchido pelo responsável pelo projeto em Farmanguinhos);
- Carteira de vacinação do adulto;
- Comprovante de capacitação técnica para funções específicas, quando aplicável;
- Lista de equipamentos, ferramentas e materiais que serão utilizados na execução das atividades, quando aplicável;

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

g) Quando aplicável, comprovantes de Treinamentos Obrigatórios (item 9).

7. Parceiros Internacionais que irão executar atividades laborais, deverão apresentar os documentos abaixo, digitalizados, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência:

Atender as exigências do item 04 (Estrangeiros a Trabalho) e atender ao item 05.

8. Para movimentação de cargas (além das exigências listadas no item 1 ou 2 acima, deverão apresentar):

- a) Comprovante de capacitação do Operador de Guindaste/Caminhão Munck;
- b) Habilitação do condutor do veículo;
- c) *Checklist* do equipamento de movimentação de carga;
- d) Plano de *Rigging* (carga ≥ 03 toneladas ou de acordo com APR);
- e) ART do Responsável Técnico pelo Plano de *Rigging*.

9. Treinamentos Obrigatórios:

- a) Comprovante de treinamentos obrigatórios de segurança de acordo com as atividades que serão executadas:
 - NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
 - NR 12 – Segurança do Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
 - NR 33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados;
 - NR 35 – Trabalho em Altura.

Nota 5: Para as atividades relacionadas às NR 33 e 35 deverão apresentar Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com a observação **“Apto para trabalho em altura /espaço confinado”** além dos exames específicos para estas atividades (eletrocardiograma, eletroencefalograma, glicemia, audiometria, acuidade visual, espirometria, Rx de tórax, teste de Romberg e avaliação psicossocial).

10. Notas aplicáveis a qualquer tipo de acesso acima detalhado, conforme o enquadramento:

Nota 6: Todos os documentos deverão ser enviados para o e-mail: cadastroempresa.far@fiocruz.br para análise das áreas pertinentes a cada matéria (Segurança, Saúde, Cadastro e Acesso). Orientamos que conste no e-mail: **O nome da empresa, descrição das atividades, área de atuação e que o envio de e-mail com a documentação seja por profissional.**

Nota 7: Para qualquer um dos enquadramentos acima, deverá ser efetuado o preenchimento da planilha_sap com dados do(s) funcionário(s) para cadastro, conforme orientação da planilha;

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

Nota 8: Para qualquer um dos enquadramentos acima, recomenda-se que a carteira de vacinação dos profissionais esteja atualizada e aquelas empresas que apresentam PCMSO, que exijam vacinação específica para atividade, deverão seguir as orientações que constam no programa (PCMSO).

Nota 9: Qualquer alteração no quadro de funcionários, em relação a substituições ou acréscimos, deverá ser comunicada com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência ao Núcleo de Cadastro, via e-mail cadastroempresa.far@fiocruz.br, e todas as documentações do novo funcionário deverão ser apresentadas, conforme enquadramento acima;

Nota 10: Os desligamentos deverão ser informados imediatamente ao Núcleo de Cadastro, com a respectiva data do desligamento, através do e-mail: cadastroempresa.far@fiocruz.br. O fiscal do contrato ou responsável designado, é o responsável pela devolução do crachá do profissional à Segurança Patrimonial, se aplicável;

Nota 11: Quando a empresa Contratada e/ou Subcontratada contratar outra empresa para executar algum serviço, esta deverá apresentar ao Núcleo de Cadastro uma declaração ou contrato assinado pelas partes envolvidas, a ser fornecido pela Contratante informando que a empresa em questão está executando trabalhos para a mesma, além de atender as exigências de documentação de cada atividade;

Nota 12: A integração será previamente agendada e realizada de acordo com a demanda da Instituição e disponibilidade dos instrutores, após aprovação de todos os documentos para posteriormente ser autorizado o início das atividades;

Nota 13: Além das exigências legais acima descritas, a contratada fica obrigada a cumprir os procedimentos internos de Farmanguinhos, de acordo com a área de realização das atividades;

Nota 14: Os documentos constantes no **item 3** deverão ser apresentados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, após o início das atividades. Se identificada pelas áreas responsáveis, a necessidade de ajustes, o prazo para devolução do documento corrigido deverá ser de 20 (vinte) dias, a contar da data da apresentação da não conformidade;

Nota 15: Para participação de reuniões em áreas administrativas não se faz necessário apresentação dos documentos listados nos itens acima, devendo apenas ocorrer o acompanhamento do funcionário pela área responsável pela realização da respectiva reunião;

Nota 16: Para o acesso de visitantes e/ou acompanhantes de processo fabril, os mesmos devem participar do briefing de Segurança e Meio Ambiente e Saúde antes de acessar à área fabril;

Nota 17: Outras exigências eventualmente poderão surgir de acordo com a complexidade da atividade a ser executada pelo parceiro e/ou de acordo com a área a ser visitada;

Nota 19: Regras de vestuário do Estilo Far seguem vigentes, sendo proibido o uso de camisetas, bermudas/shorts, chinelos, sandálias/ tamancos abertos atrás e blusas curtas (cropped).

Nota 20: Cada item da documentação deste Formulário deve ser enviado individualmente em formato PDF.

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

11. Orientação para solicitação de autorização de acesso às áreas produtivas e almoxarifados:

Para acesso às áreas produtivas e almoxarifados, é necessário a solicitação de autorização, conforme orientações a seguir:

a) Para acesso às áreas produtivas:

O fiscal do contrato ou responsável designado por Farmanguinhos para acompanhamento da Empresa, na fase de envio da documentação para o Núcleo de Cadastro, deverá encaminhar um e-mail separado com nome dos profissionais e descrição sucinta da atividade que será realizada nas áreas fabris da unidade e/ou a necessidade de acessos às áreas produtivas.

O título do e-mail deverá ser “Solicitação de acesso às áreas Produtivas”, com cópia para os seguintes destinatários:

- Vice-diretoria de Operações e Produção;
- Vice-diretoria de Gestão da Qualidade;
- Serviço de Boas Práticas de Documentação (sggintegracao.far@fiocruz.br);
- Segurança Patrimonial (segurancapatrimonial@fiocruz.br);
- Departamento de Saúde (saudetrabalhador.far@fiocruz.br); e
- Segurança do Trabalho (smsseguranca.far@fiocruz.br).

b) Para acesso às áreas de Almoxarifados:

O fiscal do contrato ou responsável designado por Farmanguinhos para acompanhamento da Empresa, na fase de envio da documentação para o Núcleo de Cadastro, deverá encaminhar um e-mail separado com nome dos profissionais e descrição sucinta da atividade que será realizada no(s) almoxarifado(s) e/ou a necessidade de acesso aos mesmos.

O título do e-mail deverá ser “Solicitação de acesso às áreas de Almoxarifado”, com cópia para os seguintes destinatários:

- Vice-diretoria de Gestão Institucional (Departamento de Logística);
- Vice-diretoria de Gestão da Qualidade;
- Serviço de Boas Práticas de Documentação (sggintegracao.far@fiocruz.br);
- Segurança Patrimonial (segurancapatrimonial@fiocruz.br);

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

- Departamento de Saúde (saudetrabalhador.far@fiocruz.br) e
- Segurança do Trabalho (smsseguranca.far@fiocruz.br).

ANEXO I

PLANO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA FAR PARCEIROS -VISITANTES

 Ministério da Saúde FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz	 farmanguinhos Instituto de Tecnologia em Fármacos	EMPRESA:	PREENCHER AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS	
PLANO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA FAR PRESTADORES DE SERVIÇOS - VISITANTES - ANEXO I DO FORMULÁRIO FOR.SMS.041				
EM CASOS DE EMERGÊNCIA	AÇÃO		RETORNO DO FUNCIONÁRIO	
	1- ACIONAR O RAMAL: 5300 / 5400 / 5260		O FUNCIONÁRIO DEVERÁ RETORNAR AO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE FAR, MUNIDO DA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA RELATIVA AO ATENDIMENTO EXTERNO PARA FINALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO MÉDICO.	
	2- CASO POSSÍVEL SE DIRECIONAR AO SERVIÇO DE SAÚDE			
	3- RESPONSÁVEL IMEDIATO	NOME:		CONTATO:
	4- RESPONSÁVEL SUBSTITUTO	NOME:		CONTATO:
	5-A EMPRESA POSSUI PLANO DE SAÚDE? () SIM () NÃO SE SIM, QUAL?			
	6-POSSUI COBERTURA NACIONAL? () SIM () NÃO			
	7- EM CASO DE ATENDIMENTO EXTERNO, COMO DEVERÁ SER FEITA A REMOÇÃO?			
	() TÁXI COMERCIAL - VOUCHER () CARRO DA EMPRESA () AMBULÂNCIA - CONTRATO DE ÁREA PROTEGIDA () OUTROS QUAL?			
	TODA REMOÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA POR UM REPRESENTANTE DA EMPRESA OU DA ÁREA.			
NOTA: DEPENDENDO DA GRAVIDADE DO CASO, A ESCOLHA DO TRANSPORTE SERÁ REALIZADA PELO DGST.				

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos
 Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá
 Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903
 Tel/Fax.:(5521) 3348-5050 / www.far.fiocruz.br

ANEXO III - ROL ESTIMATIVO DE PEÇAS, COMPONENTES E INSUMOS PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS (12 MESES).

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 001					
Equipamento/Fabricante - Empilhadeira a Combustão HYSTER		Modelo: H55		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	BLOCO DO MOTOR	1	Unidade		
2	CABEÇOTE	1	Unidade		
3	TRANSMISSÃO	1	Unidade		
4	CAIXA DE MARCHA	1	Unidade		
5	CILINDRO DE ELEVAÇÃO	1	Unidade		
6	CILINDRO DE INCLINAÇÃO	1	Unidade		
7	PNEU	2	Unidades		
8	RADIADOR	1	Unidades		
9	BOMBA D'ÁGUA	2	Unidade		
10	CILINDRO DESLOCADOR	2	Unidade		
11	HORÍMETRO	2	Unidade		
12	ASSENTO	1	Unidade		
13	RECARGA DO CILINDRO DE GLP MODELO DO CILINDRO (P 20)	48	Unidade		
14	BATERIA AUTOMOTIVA CAPACIDADE 12V / 80AH	2	Unidades		
15	BATERIA AUTOMOTIVA CAPACIDADE 12V / 60AH	2	Unidades		
16	GIROFLEX 12V	2	Unidades		
17	JOGO DE LANTERNA	2	Pares		
18	MICRO SWIT RÉ	2	Unidades		
19	OLEO SAE 140	4	Unidades		
20	ORBITROL DIREÇÃO	2	Unidades		
21	PROTETOR DE DESCARGA	2	Unidades		
22	RELE DE SETA	2	Unidades		
23	SILENCIOSO DESCARGA	2	Unidades		
24	TUBO DE ADMISSÃO	2	Unidades		
25	JOGO DE JUNTA COMPLETO	2	Unidades		

26	POLIA BOMBA DE DIREÇÃO	2	Unidades		
27	CILINDRO MESTRE FREIO 2014	2	Unidades		
28	COMANDO DE SETA H5515	2	Unidades		
29	MANGUEIRA SUPERIOR RADIADOR H5523	2	Unidades		
30	MANGUEIRA INFERIOR H5524	2	Unidades		
31	BOMBA DÁGUA H5525	2	Unidades		
32	FILTRO DE OLEO GM4CC H5526	2	Unidades		
33	JOGO DE CORREIA V H5527	2	Unidades		
34	CORREIA DENTADA H5528	2	Unidades		
35	POLIA BOMBA PRINCIPAL H5530	2	Unidades		
36	POLIA TRÊS CANALETAS H5531	2	Unidades		
37	BANCO DO OPERADOR REGULAVEL H5532	2	Unidades		
38	KIT RODO GÁS H5533	2	Unidades		
39	FILTRO DE DECATAÇÃO H5534	2	Unidades		
40	FILTRO DE DECATAÇÃO COM SOLENOIDE H5535	2	Unidades		
41	FILTRO DE AR GÁS H5536	2	Unidades		
42	VELA DE INIGNIÇÃO H5537	4	Unidades		
43	JOGO DE CABO DE VELA H5538	2	Unidades		
44	FILTRO HIDRAULICO H5539	2	Unidades		
45	JUNTA M FILTRO HIDRAULICO H5540	2	Unidades		
46	CILINDRO MESTRE DO FREIO H5541	2	Unidades		
47	TUBO FREIO DIREITO H5542	2	Unidades		
48	TUBO FREIO ESQUERDO H5543	2	Unidades		
49	CILINDRO FREIO RODAS H5544	2	Unidades		
50	CABO DE FREIO ESQUERDO H5545	2	Unidades		
51	CABO DE FREIO DIREITO H5546	2	Unidades		
52	ÓLEO HIDRÁULICO	60	Litros		
53	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	15	Litros		
54	ÓLEO DO MOTOR	20	Litros		
55	ÓLEO DO DIFERENCIAL	20	Litros		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 002					
Equipamento/Fabricante - Empilhadeira a Combustão HELI		Modelo: CPQD25		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	BLOCO DO MOTOR	1	Unidade		
2	CABEÇOTE	1	Unidade		
3	TRANSMISSÃO	1	Unidade		
4	CAIXA DE MARCHA	1	Unidade		
5	CILINDRO DE ELEVAÇÃO	1	Unidade		
6	CILINDRO DE INCLINAÇÃO	1	Unidade		
7	PNEU	2	Unidades		
8	RADIADOR	1	Unidade		
9	BOMBA D'ÁGUA	2	Unidade		
10	CILINDRO DESLOCADOR	2	Unidade		
11	HORÍMETRO	2	Unidade		
12	ASSENTO	2	Unidade		
13	RECARGA DO CILINDRO DE GLP MODELO DO CILINDRO (P 20)	48	Recarga		
14	BATERIA AUTOMOTIVA CAPACIDADE 12V / 80AH	2	Unidades		
15	BATERIA AUTOMOTIVA CAPACIDADE 12V / 60AH	2	Unidades		
16	FILTRO DE OLEO MOTOR HE01	2	Unidades		
17	OLEO DE MOTOR 20W 50 HE02	8	Unidades		
18	ANEIS DO EIXO DE DIREÇÃO HE03	2	Unidades		
19	ROLAMENTO EIXO DE DIREÇÃO INTERNO HE04	2	Unidades		
20	ROLAMENTO EIXO DE DIREÇÃO INTERNO HE05	2	Unidades		
21	ARRUELA DO EIXO DE DIREÇÃO HE06	2	Unidades		
22	REPARO DO REDUTOR RODOGAS HE08	2	Unidades		
23	REPARO DO FILTRO DE DECATAÇÃO HE09	2	Unidades		
24	JOGO DE VELA DO MOTOR HE10	4	Unidades		

25	FILTRO DE OLEO DE MOTOR HE12	16	Unidades		
26	JOGO DE CABO DE VELA HE14	2	Unidades		
27	CILINDRO MESTRE HE15	2	Unidades		
28	RESERVATORIO DÁGUA HE16	2	Unidades		
29	REPARO DO CILINDRO DE INCLINAÇÃO HE17	2	Unidades		
30	ROLETE DO CARRINHO HE18	4	Unidades		
31	LANTERNA TRASEIRA HE19	2	Unidades		
32	FILTRO DE TRANSMISSÃO HE 20	2	Unidades		
33	RADIADOR HELI	2	Unidades		
34	PNEU DIANTEIRO PNEUMATICO 700X12	2	Unidades		
35	CILINDRO IGNIÇÃO DE PARTIDA CHAVE HELI 15X50mm O,5kg TERMINAL 6,3mm 60amper	2	Unidades		
36	VELA DE IGNIÇÃO NGK ROSCA 14mm ISOLADOR PROJETADO RESISTIVO E 19mm (W) ELETRODO TUNGSTÊNIO	4	Unidades		
37	ÓLEO HIDRÁULICO	60	Litros		
38	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	15	Litros		
39	ÓLEO DO MOTOR	20	Litros		
40	ÓLEO DO DIFERENCIAL	20	Litros		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 003					
Equipamento/Fabricante - Empilhadeira a Combustão HANGCHA		Modelo: CPQD25N		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	BLOCO DO MOTOR	1	Unidade		
2	CABEÇOTE	1	Unidade		
3	TRANSMISSÃO	1	Unidade		
4	CAIXA DE MARCHA	1	Unidade		
5	CILINDRO DE ELEVAÇÃO	1	Unidade		
6	CILINDRO DE INCLINAÇÃO	1	Unidade		
7	PNEU	2	Unidades		
8	RADIADOR	2	Unidades		

9	BOMBA D'ÁGUA	2	Unidades		
10	CILINDRO DESLOCADOR	2	Unidades		
11	HORÍMETRO	2	Unidades		
12	BLOCO DO MOTOR	2	Unidades		
13	ASSENTO	2	Unidades		
14	RECARGA DO CILINDRO DE GLP MODELO DO CILINDRO (P 20)	48	Recarga		
15	BATERIA AUTOMOTIVA CAPACIDADE 12V / 80AH	2	Unidades		
16	BATERIA AUTOMOTIVA CAPACIDADE 12V / 60AH	2	Unidades		
17	FILTRO DE OLEO TRANSMISSÃO HNG03	2	Unidades		
18	ROLETE DO CARRINHO LATERAL HANG05	2	Unidades		
19	ROLETE TORRE CARRO ELEVAÇÃO HANG06	6	Unidades		
20	PNEU TRASEIRO 6.00-9 HGN07	2	Unidades		
21	PNEU DIANTEIRO 7.00-12 HGN08	2	Unidades		
22	ROLETE DE AJUSTE CARRO ELEVAÇÃO	4	Unidades		
23	REPARO DO RODO GAS	2	Unidades		
24	REPARO DOS FITROS DE DECANTAÇÃO - HNG	2	Unidades		
25	JOGOS DE CABOS DE VELAS - HNG12	2	Unidades		
26	CHAVE COMUTADORA C/AFOGADOR MANUAL 5300B	2	Unidades		
27	ÓLEO HIDRÁULICO	60	Litros		
28	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	15	Litros		
29	ÓLEO DO MOTOR	20	Litros		
30	ÓLEO DO DIFERENCIAL	20	Litros		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 004					
Equipamento/Fabricante - Empilhadeira Elétrica Linde		Modelo: L16R		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	MODULO DE TRAÇÃO	2	Unidades		
2	MODULO DE DIREÇÃO	2	Unidades		

3	MOTOR DE TRAÇÃO	2	Unidades		
4	MOTOR DE DIREÇÃO	2	Unidades		
5	TRANSMISSÃO	2	Unidades		
6	MOTOR DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
7	BOMBA DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
8	RESERVATÓRIO DE ÓLEO	2	Unidades		
9	CILINDRO DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
10	FREIO ELETROMAGNÉTICO	2	Unidades		
11	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	4	Unidades		
12	CONJUNTO RODA DE CARGA	4	Unidades		
13	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V / 608AH)	2	Unidades		
14	FREIO ELETRO MAGNETICO, BOBINA MAG.24	2	Unidades		
15	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO PU SHORE 86 R16	2	Unidades		
16	ROLAMENTO DE SUBIDA PT/PR16 78,2	2	Unidades		
17	ROLAMENTO DE SUBIDA PT/PR16 77,2	2	Unidades		
18	TRANSMISSÃO L16 R05	2	Unidades		
19	DISCO DE FREIO ACO CARBONO COD 18R160129	2	Unidades		
20	MANGUEIRA DO DESLOCADOR - COD 18R160026	2	Unidades		
21	GRAXETA DA TRANSMISSÃO L16R	2	Unidades		
22	ROLAMENTO 6006 BLINDADO L16 R12	28	Unidades		
23	MODULO CONTROLADOR LINDE 24/30A	2	Unidades		
24	FILTRO DE OLEO HIDRAULICO 254555	4	Unidades		
25	RODA DE CARGA D200X100/75 VU	1	Unidades		
26	ROLAMENTO 6005 ZZ 47 X 25 X 12	8	Unidades		
27	KIT ESCOVAS MOTOR DIREÇÃO DUREZA 68DN, MEDIDAS L15 X C45 X 45 mm TENSÃO 24V 350A	2	Unidades		
28	POTENCIOMETRO LINDE DIREÇÃO 24 VOLTS L16R18	2	Unidades		
29	ÓLEO HIDRÁULICO	60	Litros		
30	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	20	Litros		
31	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V/608 AH)	58	Unidades		

VALOR TOTAL (R\$)

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 005					
Equipamento/Fabricante - Empilhadeira Elétrica Linde		Modelo: R20		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	MOTOR DE TRAÇÃO	1	Unidade		
2	MOTOR DE DIREÇÃO	1	Unidade		
3	FREIO ELETROMAGNÉTICO	2	Unidades		
4	SENSOR DO MOTOR DE DIREÇÃO	5	Unidades		
5	MOTOR DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
6	MODULO DE TRAÇÃO	2	Unidades		
7	MODULO DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
8	MODULO DE DIREÇÃO	2	Unidades		
9	JOYSTICK	2	Unidades		
10	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (48V / 608AH)	2	Unidades		
11	ESCAN BUS ELETRONICS LINDE R20 14555	2	Unidades		
12	FREIO ELETRO MAGNETICO, R20	2	Unidades		
13	DISCO DE FREIO ROTOR - COD 11T200124	2	Unidades		
14	PLATOR DO ROTOR - COD : 11T200125	2	Unidades		
15	PAINEL ELETRONICO DE INFO. MCU LID	2	Unidades		
16	MANGUEIRA GERMINADA DE ELEVAÇÃO R2015	2	Unidades		
17	MANGUEIRA DO CILINDRO DIR 1200mm	2	Unidades		
18	MANGUEIRA DO CILINDRO ESQ 1200mm	2	Unidades		
19	ROLAMENTO 6205 C3	2	Unidades		
20	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	2	Unidades		
21	CONJUNTO RODA DE CARGA	2	Unidades		
22	ÓLEO HIDRÁULICO	60	Litros		
23	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	10	Litros		
24	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (48V/608 AH)	58	Unidades		

VALOR TOTAL (R\$)

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 006					
Equipamento/Fabricante - Empilhadeiras Elétrica AMEISE		Modelo: ETD		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	MOTOR DE TRAÇÃO	1	Unidade		
2	TRANSMISSÃO	1	Unidade		
3	CONTACTORA FRENTE	1	Unidade		
4	CONTACTORA RÉ	1	Unidade		
5	CONTACTORA DE ELEVAÇÃO	1	Unidade		
6	BARRA DE DIREÇÃO	1	Unidade		
7	TORRE PANTOGRÁFICA	1	Unidade		
8	CILINDRO DE ELEVAÇÃO	1	Unidade		
9	CILINDRO DE INCLINAÇÃO	1	Unidade		
10	HORÍMETRO	1	Unidade		
11	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V / 608AH)	1	Unidade		
12	CONTATOS DO REPARO ETD01	26	Unidades		
13	ESCOVA DO MOTOR BOMBA ETD02	4	Unidades		
14	ROLAMENTO 5005 ZZ - COD 16ETD0123	2	Unidades		
15	MANGUEIRA DO DESLOCADOR - COD 16ETD0026	2	Unidades		
16	BUZINA PARA EMPILHADEIRA 24V	2	Unidades		
17	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	1	Unidade		
18	CONJUNTO RODA DE CARGA	1	Unidade		
20	ÓLEO HIDRÁULICO	45	Litros		
21	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	10	Litros		
22	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V/608 AH)	58	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 007

Equipamento/Fabricante - Empilhadeiras Elétrica AMEISE		Modelo: EJC		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	MOTOR DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
2	BOMBA DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
3	CONTACTOR FRENTE	2	Unidades		
4	CONTACTOR RÉ	2	Unidades		
5	CONTACTOR ELEVAÇÃO	2	Unidades		
6	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V / 354AH)	2	Unidades		
7	TAMPA DO TIMÃO EJC01	2	Unidades		
8	CONTATORA EJC AMEISE EJC02	2	Unidades		
9	CONECTRO MP EJC05	4	Unidades		
10	MANGUEIRA DUPLA DESLOC - COD 09EJC1233	2	Unidades		
11	KIT CONTACTORA AMEISE EJC07	6	Unidades		
12	PROTEÇÃO DA MANGUEIRA - COD: 09EJC1233	2	Unidades		
13	CONTACTORA AMEISE 24V	4	Unidades		
14	TRANSMISSÃO HIDRAULICA 04305547	4	Unidades		
15	RODA DE TRÇÃO	4	Unidades		
16	BOMBA HIDRAULICA 22CM 3/ROTH SAE-A 2 FUROS PILOTO 82,55MM CHAVETA 18MM SUCÇÃO 3/4" - 14 NPT PRESSÃO 3/4" - 14 NPT	4	Unidades		
17	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	4	Unidades		
18	CONJUNTO RODA DE CARGA	4	Unidades		
19	ÓLEO HIDRÁULICO	60	Litros		
20	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V/354 AH)	24	Unidades		

21	CONTROLADOR DE TRAÇÃO	01	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 008					
Equipamento/Fabricante - Empilhadeiras Elétrica JUNGHEINRICH		Modelo: EKC		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	MÓDULO CONTROLADOR	1	Unidade		
2	BARRA DE DIREÇÃO	1	Unidade		
3	MOTOR DE TRAÇÃO	1	Unidade		
4	TRANSMISSÃO	1	Unidade		
5	HORÍMETRO	1	Unidade		
6	BOMBA DE ELEVAÇÃO	1	Unidade		
7	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V / 354AH)	1	Unidade		
8	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	1	Unidade		
9	CONJUNTO RODA DE CARGA	1	Unidade		
10	ÓLEO HIDRÁULICO	20	Litros		
11	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	10	Litros		
12	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V/354 AH)	24	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 009					
Equipamento/Fabricante Empilhadeiras Elétrica JUNGHEINRICH		Modelo: ETV		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	MODULO DE TRAÇÃO	2	Unidades		
2	MODULO DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		

3	MOTOR DE TRAÇÃO	2	Unidades		
4	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	2	Unidades		
5	CONJUNTO RODA DE CARGA	2	Unidades		
6	MOTOR DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
7	TRANSMISSÃO	2	Unidades		
8	RESERVATORIO DE ÓLEO	2	Unidades		
9	BOMBA DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
10	CILINDRO DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
11	CILINDRO DE DESLOCAMENTO	2	Unidades		
12	CILINDRO DE RETRAK	2	Unidades		
13	JOYSTICK	2	Unidades		
14	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (48V / 672AH)	2	Unidades		
15	KIT ESCOVA DE TRAÇÃO ETV16	4	Unidades		
16	CONTACTORA PRINCIPAL JUNG 48V ETV17	2	Unidades		
17	VENTUINHA ELEVAÇÃO JUNG 48V ETV19	2	Unidades		
18	BATENTE DA TORRE ETV20	2	Unidades		
19	REPARO DO CILINDRO LATERAL ETV21	4	Unidades		
20	KITE ESCOVA MOTOR BOMBA ETV22	2	Unidades		
21	BATENTE DE BORRACHA MOTOR BOMBA ETV23	3	Unidades		
22	FILTRO HIDRAULICO ETV24	2	Unidades		
23	FILTRO DE AR ETV25	2	Unidades		
24	JOGO DE REPARO DO RESERVATÓRIO ETV26	2	Unidades		
25	TAMPA DO FILTRO DE AR ETV27	2	Unidades		

26	TAMPA DO RESERVATÓRI DE OLEO ETV28	2	Unidades		
27	BANCO (ASSENTO) ETV29	2	Unidades		
28	BATENTE DO RETRACK ETV30	4	Unidades		
29	CABO DA TRAVA DE BATERIA ETV31	2	Unidades		
29	CALÇO DO BATENTE RETRACK ERV32	4	Unidades		
30	JOGO DE REPARO RETRAK ETV33	2	Unidades		
31	COXIN DA TORRE ETV34	2	Unidades		
32	MANGUEIRA CILINDRO DIR 1200MM	2	Unidades		
33	MANGUEIRA CILINDRO ESQ 1200MM	2	Unidades		
34	MANGUEIRA DI RETORNO HIDRAULICO 1200MM	2	Unidades		
35	ESCOVA DE CARBONO NUANCE	2	Unidades		
36	MANGUEIRA DA UNIDADE HIDRAULICA 900MM	4	Unidades		
37	MOTOR 7200 RPM 160A 48V CC SERIE	2	Unidades		
38	ROLDANA DE NYLON	4	Unidades		
39	ÓLEO HIDRÁULICO	90	Litros		
40	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	15	Litros		
41	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (48V/672 AH)	24	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 010					
Equipamento/Fabricante - Empilhadeiras Elétrica PALETRANS			Modelo: PR 17		
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (48V / 354AH)	6	Unidades		

2	GRADE DE PROTEÇÃO DO PORTA GARFO DE FERRO 890MM X 660MM - PR1701	6	Unidades		
3	FILTRO ABSOLUTO DE SUCÇÃO PR17/20 PLTS - PR 1702	6	Unidades		
4	FILTRO DE RETORNO PR17/20 PLTS HF 502-20 122-AS-RP01 - PR1703	6	Unidades		
5	JUNTA DE FILTRO RETORNO 17/20 PLTS - PR1704	6	Unidades		
6	CHAVE PARADA DE EMERGÊNCIA 16/20 48 VOLTS 2 POSIÇÕES TIPO SD 200A PR1705	6	Unidades		
7	FAROL PR 16/20 LED - PR1706	6	Unidades		
8	APOIO DESLIZANTE POLIURETANO DO ARTICULADOR PR17 240MM X 40MM PR1707	6	Unidades		
9	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	6	Unidades		
10	CONJUNTO RODA DE CARGA	6	Unidades		
11	ÓLEO HIDRÁULICO	135	Litros		
12	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	30	Litros		
13	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (48V/354 AH)	24	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 011					
Equipamento/Fabricante - Empilhadeiras Elétrica PALETRANS		Modelo: LE - 1000Kg		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (48V / 354AH)	1	Unidade		
2	GRADE DE PROTEÇÃO DO PORTA GARFO DE FERRO 890MM X 660MM - PR1701	2	Unidades		
3	FILTRO ABSOLUTO DE SUCÇÃO PR17/20 PLTS - PR 1702	2	Unidades		

4	FILTRO DE RETORNO PR17/20 PLTS HF 502-20 122-AS-RP01 - PR1703	2	Unidades		
5	JUNTA DE FILTRO RETORNO 17/20 PLTS - PR1704	2	Unidades		
6	CHAVE PARADA DE EMERGÊNCIA 16/20 48 VOLTS 2 POSIÇÕES TIPO SD 200A PR1705	2	Unidades		
7	FAROL PR 16/20 LED - PR1706	2	Unidades		
8	APOIO DESLIZANTE POLIURETANO DO ARTICULADOR PR17 240MM X 40MM PR1707	2	Unidades		
9	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	2	Unidades		
10	CONJUNTO RODA DE CARGA	2	Unidades		
11	ÓLEO HIDRÁULICO	20	Litros		
12	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	10	Litros		
13	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (48V/354 AH)	2	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 012					
Equipamento/Fabricante – Transpaleteira Linde		Modelo: T20		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	MODULO CONTROLADOR	2	Unidades		
2	MOTOR DE TRAÇÃO	2	Unidades		
3	MOTOR DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
4	HORÍMETRO	2	Unidades		
5	CILINDRO DE ELEVAÇÃO	2	Unidades		
6	PLACA DOTIMÃO	2	Unidades		
7	RESERVATÓRIO DE ÓLEO	2	Unidades		
8	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V /	2	Unidades		

	283AH)				
9	KIT DE CONTATO T120 AP F/R T20 01	8	Unidades		
10	MICRO PLACA TIMÃO HASTE DIREITA T20 03	2	Unidades		
11	JOGOS DE CONTATO LINDE ELEVÇÃO T2004	3	Unidades		
12	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO PU SHORE 86 MODELO T20	2	Unidades		
13	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	2	Unidades		
14	CONJUNTO RODA DE CARGA	2	Unidades		
15	RODA DE CARGA LINDE T20 AP T2008	4	Unidades		
16	HORIMETRO	2	Unidades		
17	TRANSMISSÃO POTENCIA MECÂNICA 0430570	2	Unidades		
18	MICRO PLACA DO TIMÃO HASTE ESQUERDA	2	Unidades		
19	ROLAMENTO 6204ZZ	2	Unidades		
20	TAMPA DA CONTACTORA DE POLIETILENO 52X52X41 MM	2	Unidades		
21	MODULO CONTROLADOR DE ELEVÇÃO	2	Unidades		
22	ÓLEO HIDRÁULICO	20	Litros		
23	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	20	Litros		
24	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V/283 AH)	24	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 013					
Equipamento/Fabricante – Transpaleta AC POWER		Modelo: EPT20		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		

1	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V / 210AH)	1	Unidade		
2	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	1	Unidade		
3	CONJUNTO RODA DE CARGA	1	Unidade		
4	ÓLEO HIDRÁULICO	10	Litros		
5	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	10	Litros		
6	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V/210 AH)	24	Unidades		
7	CONTROLADOR	1	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 014					
Equipamento/Fabricante – Transpaleteira AC POWER		Modelo: EPTV20		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V / 210AH)	2	Unidades		
2	LONA DE FREIO - COD 14AC000124	2	Unidades		
3	PLATOR DO ROTOR - COD 14AC00125	2	Unidades		
4	CONTACTORA EMPILHADEIRA	2	Unidades		
5	ROLAMENTO 3035A 2RS COD TNG7MT33	4	Unidades		
6	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	2	Unidades		
7	CONJUNTO RODA DE CARGA	2	Unidades		
8	ÓLEO HIDRÁULICO	10	Litros		
9	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	10	Litros		
10	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V/210 AH)	24	Unidades		
11	CONTROLADOR	1	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 015					
Equipamento/Fabricante - Transpaletteira JUNGHEINRICH		Modelo: ELE		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	MODULO CONTROLADOR	5	Unidades		
2	MOTOR DE TRAÇÃO	5	Unidades		
3	TRANSMISSÃO	5	Unidades		
4	FREIO ELETROMAGNETICO	5	Unidades		
5	MOTOR DE ELEVAÇÃO	5	Unidades		
6	BOMBA DE ELEVAÇÃO	5	Unidades		
7	HORÍMETRO	5	Unidades		
8	CILINDRO DE ELEVAÇÃO	5	Unidades		
9	PLACA DOTIMÃO	5	Unidades		
10	RESERVATÓRIO DE ÓLEO	5	Unidades		
11	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V / 276AH)	5	Unidades		
12	MODULO JUNGHERINCH MODELO ELE 24V	5	Unidades		
13	PLACA ELETRONICA ACELERADOR 145566 ELE	5	Unidades		
14	BUCHA DA RODA DE CARGA	5	Unidades		
15	ESPAÇADOR RODA DE APOIO	5	Unidades		
16	DISCO DE FREIO - COD 10ELE0123	5	Unidades		
17	PLATOR DO ROTOR - COD 10ELE0124	5	Unidades		
18	CONECTOR REMA 80A ELE18	5	Unidades		
19	MODULO DE CONTROLADOR ELE18	5	Unidades		
20	ROLAMENTO 6005 BLINDADO ELE14	5	Unidades		
21	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	10	Unidades		
22	CONJUNTO RODA DE CARGA	10	Unidades		
23	ROLAMENTO 6002 BLINDADO ELE17	5	Unidades		
24	AMORTECEDOR DE BORACHA ELE18	5	Unidades		
25	PARAFUSO DA TAMPA DA BATERIA ELE19	5	Unidades		

26	PORCA DA CHAPA M8 ELE20	5	Unidades		
27	KIT REPARO ELE21	5	Unidades		
28	JOGO DE CONTATO ELE22	5	Unidades		
29	CONTATORA JUNG 24V ELE23	5	Unidades		
30	VARIADOR DE MARCHA ELE24	5	Unidades		
31	BOTÃO DE SEGURANÇA ELE25	5	Unidades		
32	AMORTECEDOR DO TIMÃO ELE26	5	Unidades		
33	COMUTADOR COM CHAVE ELE27	5	Unidades		
34	MANIPULO ELE28	5	Unidades		
35	AMORTECEDOR ELE29	5	Unidades		
36	JOGO DE ESCOVAS ELE30	5	Unidades		
37	PAINEL DE INSTRUMENTOS ELE31	5	Unidades		
38	ACELERADOR ELE32	5	Unidades		
39	ROLAMENTO 6006 ZZ 13 X 55 X 30	5	Unidades		
40	RODA DE CARGA 82 X 100 PUR	5	Unidades		
41	RODA DE APOIO 100 X 40 VU	5	Unidades		
42	VARÃO DE ARTICULAÇÃO ACO 1045 MOD ELE36	5	Unidades		
43	TAMPA FRONTAL DE PROTEÇÃO (POLIMERO) JUNGHEINRICH /R400MM FUROS M8 A400 X L500 X C100	5	Unidades		
44	ÓLEO HIDRÁULICO	80	Litros		
45	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	80	Litros		
46	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V/276 AH)	48	Unidades		
				VALOR TOTAL (R\$)	

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 016					
Equipamento/Fabricante - Transpaleteira JUNGHEINRICH		Modelo: EKE		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	MODULO CONTROLADOR	3	Unidades		
2	MOTOR DE TRAÇÃO	3	Unidades		
3	TRANSMISSÃO	3	Unidades		

4	FREIO ELETROMAGNÉTICO	3	Unidades		
5	BOMBA DE ELEVAÇÃO	3	Unidades		
6	HORÍMETRO	3	Unidades		
7	CILINDRO DE ELEVAÇÃO	3	Unidades		
8	RESERVATÓRIO DE ÓLEO	3	Unidades		
9	BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V / 354AH)	3	Unidades		
10	RODA AUXILIAR EKE01	4	Unidades		
11	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO 230 X 77 VU EKE02	3	Unidades		
12	RODA DE APOIO JUNG D180 EKE03	3	Unidades		
13	KIT ESCOVA DE TRAÇÃO EKE04	3	Unidades		
14	RODA DE CARGA TANDER 85X85 EKE05	16	Unidades		
15	CHAVE GERAL JUNGH EKE06	3	Unidades		
16	TAMPA DA CHAVE GERAL EKE07	3	Unidades		
17	ESPAÇADOR DA RODA DE CARGA EKE08	16	Unidades		
18	CHICOTE CENTRAL EKE10	3	Unidades		
19	CONECTOR REMA 160A EKE10	2	Unidades		
20	BOTÃO DE EMERGÊNCIA - COD 12EKE1225	3	Unidades		
21	DISCO DE FREIO AMIANTO DUPLO 12EKE0132	2	Unidades		
22	CONEC BATERIA REMA MACHO - COD:12EK0223	2	Unidades		
23	PLATOR DO DISCO- COD : 12EKE0133	2	Unidades		
24	ROLAMENTO 6205 ZZ	4	Unidades		
25	MODULO JUNGHERINCH MODELO EKE 24V	2	Unidades		
26	CONECTOR REMA 160A EKE10	12	Unidades		
27	CHICOTE ESTRUTURAL 145525	2	Unidades		
28	CONEC BATERIA REMA FEMEA - COD:12EK0224	2	Unidades		
29	BUCHA DE BRONZE CRAVITA 1299	8	Unidades		
30	PARAFUSOS TORQUES RODAS DE	8	Unidades		

	CARGA				
31	CORREIA SINCRONIZADORA DENTADA JUNGHEINRCH - (HTD 8M 90 DENTES 720mm 30 L) NEOPRENE FIBRA DE VIDRO	2	Unidades		
32	POLIA USINADA 20 49 X 38 INTERNA 20 MM COM CHAVETA (POLIA DO VOLANTE AÇO 1020)	3	Unidades		
33	POLIA USINADA 46 90 X 38, INTERNA 20MM COM CHAVETA (POLIA DA BARRA DE DIREÇÃO AÇO 1020)	3	Unidades		
34	MOLA DE INTERTRAVAMENTO DO SUPORTE DA BATERIA JUNGUEINRICH 12 X 61mm DH 32 DD 16 CARGA 7.5N AÇO 301 INOX	2	Unidades		
35	ANEL DE RETENÇÃO 25X1.2	3	Unidades		
36	CONJUNTO RODA DE TRAÇÃO	3	Unidades		
37	CONJUNTO RODA DE CARGA	3	Unidades		
38	ÓLEO HIDRÁULICO	150	Litros		
39	ÓLEO DE TRANSMISSÃO	50	Litros		
40	ELEMENTO DAS BATERIAS ESTACIONÁRIAS (24V/354 AH)	24	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 017					
Equipamento/Fabricante - Paleteira Manual PALETRANS		Modelo: PALETRANS		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	ALAVANCA	05	Unidades		
2	CONJUNTO BOMBA HIDRÁULICA	05	Unidades		
3	CONJUNTO RODA DE DIREÇÃO	05	Unidades		
4	CONJUNTO RODA DE CARGA	10	Unidades		
5	RETENTORES DA BOMBA HIDRÁULICA	20	Unidades		
6	ÓLEO HIDRÁULICO	10	Litros		
VALOR TOTAL (R\$)					

--

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 018					
Equipamento/Fabricante - Paleteira Manual PALETRANS		Modelo: TM 3020		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	ALAVANCA	15	Unidades		
2	CONJUNTO BOMBA HIDRÁULICA	15	Unidades		
3	CONJUNTO RODA DE DIREÇÃO	15	Unidades		
4	CONJUNTO RODA DE CARGA	30	Unidades		
5	RETENTORES DA BOMBA HIDRÁULICA	60	Unidades		
6	ÓLEO HIDRÁULICO	30	Litros		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 019					
Equipamento/Fabricante - Paleteira Manual LIFTCAR		Modelo: LIFTCAR		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	ALAVANCA	08	Unidades		
2	CONJUNTO BOMBA HIDRÁULICA	08	Unidades		
3	CONJUNTO RODA DE DIREÇÃO	08	Unidades		
4	CONJUNTO RODA DE CARGA	16	Unidades		
5	RETENTORES DA BOMBA HIDRÁULICA	20	Unidades		
6	ÓLEO HIDRÁULICO	10	Litros		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 020					
Equipamento/Fabricante - Paleteira Manual SCHNEIDER LEICHTBAU GMBH ROBUSTO		Modelo: 230		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		

1	ALAVANCA	01	Unidade		
2	CONJUNTO BOMBA HIDRÁULICA	01	Unidade		
3	CONJUNTO RODA DE DIREÇÃO	01	Unidade		
4	CONJUNTO RODA DE CARGA	02	Unidade		
5	RETENTORES DA BOMBA HIDRÁULICA	20	Unidades		
6	ÓLEO HIDRÁULICO	05	Litros		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 021					
Equipamento/Fabricante - Paleteira Manual GS - GEPRUFTE SICHERHEIT		Modelo: 2 TONELADAS		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	ALAVANCA	05	Unidades		
2	CONJUNTO BOMBA HIDRÁULICA	05	Unidades		
3	CONJUNTO RODA DE DIREÇÃO	05	Unidades		
4	CONJUNTO RODA DE CARGA	10	Unidades		
5	RETENTORES DA BOMBA HIDRÁULICA	20	Unidades		
6	ÓLEO HIDRÁULICO	10	Litros		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 022					
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria JUNGHEINRICH		Modelo: 24V 50A		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	CARREGADOR DE BATERIA JUNGHEINRICH 24V 50A	02	Unidades		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	04	Unidades		
3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	04	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM	02	Unidades		

	CONEXÃO				
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 023					
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria JUNGHEINRICH			Modelo: 24V 70A		
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CARREGADOR DE BATERIA JUNGHEINRICH 24V 70A	02	Unidades		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	04	Unidades		
3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	04	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM CONEXÃO	02	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 024					
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria JUNGHEINRICH			Modelo: 48V 120A		
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CARREGADOR DE BATERIA JUNGHEINRICH 48V 120A	02	Unidades		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	04	Unidades		
3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	04	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM CONEXÃO	02	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 025					
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria JUNGHEINRICH			Modelo: 48V 180A		
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CARREGADOR DE BATERIA JUNGHEINRICH 48V 180A	02	Unidades		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	04	Unidades		

3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	04	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM CONEXÃO	02	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 026					
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria ENGEPOWER COMÉRCIO		Modelo: PSU - 2402503413 - 24V		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	CARREGADOR DE BATERIA ENGEPOWER COMÉRCIO 24V 70A	01	Unidade		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	02	Unidades		
3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	02	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM CONEXÃO	02	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 027					
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria ENGEPOWER COMÉRCIO		Modelo: PSU - 24350050 - 24V/50A		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	CARREGADOR DE BATERIA ENGEPOWER COMÉRCIO 24V 50A	01	Unidade		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	02	Unidades		
3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	02	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM CONEXÃO	02	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 028			
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria SKAAM		Modelo: CB 50 - 28V/50A	

Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CARREGADOR DE BATERIA SKAAMCB 50 - 28V/50A	01	Unidade		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	02	Unidades		
3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	02	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM CONEXÃO	02	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 029					
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria ATTENTION & OPERATING		Modelo: CZC5 - 24V/30A		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	CARREGADOR DE BATERIA ATTENTION & OPERATING - CZC5 - 24V/30A	01	Unidade		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	02	Unidades		
3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	02	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM CONEXÃO	02	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 030					
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria AMEISE		Modelo: DPA - 21 - 24V/120A		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	CARREGADOR DE BATERIA AMEISE DPA - 21 - 24V/120A	01	Unidade		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	02	Unidades		
3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	02	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM CONEXÃO	02	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 031					
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria JLW (LINDER)		Modelo: FA - 24V/60A		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	CARREGADOR DE BATERIA JLW (LINDER) FA - 24V/60A	01	Unidade		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	02	Unidades		
3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	02	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM CONEXÃO	02	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 032					
Equipamento/Fabricante - Carregador de Bateria K&M IND. E COM.		Modelo: KMT - 48V/90A		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	CARREGADOR DE BATERIA K&M IND. E COM KMT - 48V/90A	01	Unidade		
2	PAINEL FRONTAL DE COMANDO	02	Unidades		
3	TRANSFORMADOR PRINCIPAL	02	Unidades		
4	CABO DE CARREGAR BATERIA COM CONEXÃO	02	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES – 033					
Equipamento/Fabricante - Carro para Transporte de Bateria - Ameise		Modelo: Ameise		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
1	RODANAS	20	Unidades		
2	ROLAMENTOS DAS RODANAS	40	Unidades		
3	TRAVAS	05	Unidades		

4	RODAS	20	Unidades		
VALOR TOTAL (R\$)					

QUADRO RESUMO DO ANEXO III - LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES PARA MANUTENÇÃO			
LISTA DE PEÇAS	EQUIPAMENTO	MODELO	VALOR TOTAL (R\$)
001	Empilhadeira a Combustão - HYSTER	H55	
002	Empilhadeira a Combustão - HELI	CPQD25	
003	Empilhadeira a Combustão - HANGCHA	CPQD25N	
004	Empilhadeira Elétrica - Linde	L16R	
005	Empilhadeira Elétrica - Linde	R20	
006	Empilhadeiras Elétrica - AMEISE	ETD	
007	Empilhadeiras Elétrica - AMEISE	EJC	
008	Empilhadeiras Elétrica - JUNGHEINRICH	EKC	
009	Empilhadeiras Elétrica - JUNGHEINRICH	ETV	
010	Empilhadeiras Elétrica - PALETRANS	PR 17	
011	Empilhadeiras Elétrica - PALETRANS	LE - 1000Kg	
012	Transpaleta - Linde	T20	
013	Transpaleta - AC POWER	EPT20	
014	Transpaleta - AC POWER	EPTV20	
015	Transpaleta - JUNGHEINRICH	ELE	
016	Transpaleta - JUNGHEINRICH	EKE	
017	Paleta Manual - PALETRANS	PALETRANS	
018	Paleta Manual - PALETRANS	TM 3020	
019	Paleta Manual - LIFTCAR	LIFTCAR	
020	Paleta Manual - SCHNEIDER LEICHTBAU GMBH ROBUSTO	230	
021	Paleta Manual - GS - GEPRÜFTE SICHERHEIT	2 TONELADAS	
022	Carregador de Bateria - JUNGHEINRICH	24V 50A	
023	Carregador de Bateria - JUNGHEINRICH	24V 70A	
024	Carregador de Bateria - JUNGHEINRICH	48V 120A	
025	Carregador de Bateria - JUNGHEINRICH	48V 180A	

026	Carregador de Bateria - ENGEPOWER COMÉRCIO	PSU - 2402503413 - 24V	
027	Carregador de Bateria - ENGEPOWER COMÉRCIO	PSU - 24350050 - 24V/50A	
028	Carregador de Bateria - SKAAM	CB 50 - 28V/50A	
029	Carregador de Bateria - ATTENTION & OPERATING	CZC5 - 24V/30A	
030	Carregador de Bateria - AMEISE	DPA - 21 - 24V/120A	
031	Carregador de Bateria - JLW (LINDER)	FA - 24V/60A	
032	Carregador de Bateria - K&M IND. E COM.	KMT - 48V/90A	
033	Carro para Transporte de Bateria - Ameise	Ameise	
VALOR TOTAL (R\$)			

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS

Estudo Técnico Preliminar 51/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25387.000021/2025-25

2. Descrição da necessidade

A contratação de serviços especializados para a Manutenções Sistemáticas do Tipo Preventiva e Não Sistemáticas do tipo corretiva das empilhadeiras (combustão, elétrica), paleteiras, transpaleteiras e carregadores de bateria, com fornecimento e substituição de Peças e componentes utilizados no setor de almoxarifado do Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM/FAR) é uma necessidade fundamental. Esses equipamentos são cruciais para o armazenamento e a movimentação de materiais e produtos, atividades diretamente ligadas à produção de medicamentos. O bom funcionamento dessas máquinas assegura a eficiência e a qualidade das operações industriais, sendo essencial para o cumprimento das exigências regulamentares da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), estabelecidas pela Resolução RDC Nº 658, de 30 de março de 2022, que rege as Boas Práticas de Fabricação (BPF) de medicamentos.

Dado que Farmanguinhos é regularmente auditado por órgãos nacionais e internacionais, é imprescindível que esses equipamentos estejam sempre em perfeitas condições de uso. A manutenção inadequada poderia comprometer a qualidade dos processos de fabricação e armazenamento, o que, por sua vez, poderia gerar não conformidades em auditorias e penalizações. Por isso, a contratação de uma empresa com experiência comprovada na prestação de serviços de manutenção, fornecimento e substituição de peças é necessária para garantir a continuidade e confiabilidade dos equipamentos.

A manutenção sistemática, tanto preventiva quanto corretiva, além de garantir a integridade dos equipamentos, contribui diretamente para a qualidade do armazenamento e movimentação dos materiais. Esses serviços devem seguir rigorosamente as normas estabelecidas pela ANVISA e os padrões técnicos exigidos pela indústria farmacêutica, assegurando que Farmanguinhos atenda aos requisitos de Boas Práticas de Fabricação e esteja em conformidade com os órgãos reguladores.

Definição do escopo do objeto:

Esta área técnica esclarece que a definição do escopo do objeto, compreendendo as atividades, os quantitativos e as periodicidades previstas, foi estabelecida com base no histórico de consumo e na experiência adquirida durante a execução do Contrato nº 32/2020, no âmbito do Processo nº 25387.100080/2019-54.

Para tanto, foram analisados os registros de execução contratual, as demandas efetivamente realizadas, a frequência das manutenções e a necessidade operacional dos equipamentos, de modo a dimensionar adequadamente o objeto da nova contratação.

Além disso, foram consideradas as alterações promovidas ao longo da vigência contratual anterior, especialmente o acréscimo quantitativo de 15,30%, formalizado por meio do 3º Termo Aditivo, em razão da inclusão de veículos de movimentação de carga inicialmente não contemplados no contrato, bem como a supressão quantitativa de 10,86%, promovida pelo 5º Termo Aditivo, decorrente da avaliação técnica que concluiu pela desvantajosidade econômica da manutenção de determinadas paleteiras manuais e carregadores de bateria com vida útil avançada.

Assim, o escopo da presente contratação reflete as necessidades efetivamente verificadas no contrato anterior, incorporando os ajustes decorrentes do histórico de consumo e das avaliações técnicas e econômicas realizadas, de forma a assegurar a adequada prestação dos serviços, a eficiência operacional e a observância do princípio da economicidade.

Impactos:

O não funcionamento adequado dos equipamentos pode atrasar o fluxo de recebimento, armazenamento e envio de insumos e produtos acabados, afetando o cronograma de produção e distribuição de medicamentos. Esse impacto pode ser especialmente grave no atendimento de demandas de saúde pública, causando desabastecimento de medicamentos essenciais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Utilidades	Beatriz Maria Simões Ramos da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Declaramos que o objeto pretendido possui características de serviço comum, de necessidade contínua sem exigir mão de obra com dedicação exclusiva sendo permitida a subcontratação de parcela do objeto.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, a solução determinada como simples, será selecionado por meio da realização de procedimento de realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, tendo seu contrato a vigência inicial de 12 (doze) meses.

A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por preço Global**. A opção pela empreitada por preço global se deu pelo fato de que o Serviço de Utilidades, detalhou o escopo dos serviços e efetuou o levantamento de quantidades dos materiais, contemplando todos os elementos necessários e com nível de informação suficiente para que a empresa contratada pudesse elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação e contenham sólido estudo de viabilidade técnica e legal, justificando e consolidando todas as etapas do objeto

A administração reforça que o serviço solicitado não tem condições de ser executado pela equipe da Departamento de Manutenção Fabril do CTM/FAR. “...enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada” Destacamos que as atividades de manutenção propostas por esta contratação estão entre aquelas elencadas no art. 1º, inciso XIII, da Portaria n.º 443/2018

Importante destacar que o requisito segurança é essencial, considerando que algumas atividades inerentes aos Serviços de Manutenção, oferecem riscos de acidentes, então a fim de evitar eventuais acidentes na prestação dos serviços e, por consequência, não causar danos aos operadores dos equipamentos, e às instalações deste Instituto, bem como aos demais colaboradores, torna-se imprescindível.

No que diz respeito ao requisito qualidade, como Farmanguinhos periodicamente é auditado por órgãos regulamentadores, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que nos fiscaliza em relação ao atendimento à Resolução RDC Nº 658, de 30 de março de 2022 - ANVISA Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, que estabelece normas e critérios para elaboração de controle para a produção de medicamentos, além de outros organismos reguladores internacionais, todos os equipamentos devem ser permanentemente mantidas em rigoroso estado de conservação e funcionamento.

A contratação também requer que a CONTRATADA exerça práticas de sustentabilidade previstas, conforme disposto e orientado no que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

- A CONTRATADA deverá adotar na retirada de resíduos, prática de descarte sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização. Os resíduos sólidos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, de modo a garantir a segurança no armazenamento e o transporte deles.
- Em caso de fornecimento de produtos químicos a contratada deverá apresentar suas respectivas FISPQ's, transporte e armazenagem em local apropriado.
- A contratada deverá adotar prática sustentável de recolhimento de resíduos de origem oleosa que por ventura venha a utilizar na manutenção dos equipamentos.

As atividades de Manutenção deverão ser realizadas nas Unidades citadas por Profissionais com Qualificação.

A Contratada deverá atender aos chamados técnicos de manutenções corretivas no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, no período de 08:00 às 17:00, a contar da solicitação e autorização da Contratante e deverá ser registrada na Ordem de Manutenção emitida pela Contratada. As intervenções poderão ocorrer de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia, desde que previamente solicitado pela Contratada e autorizado pela fiscalização.

A CONTRATADA será responsável pelo transporte e pela entrega de todas as peças e componentes necessários para a execução das atividades. As peças e componentes deverão ser entregues no endereço do CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá sempre adotar em suas atividades as Normas Regulamentadoras NBRs, em suas versões atualizadas, como diretrizes técnicas para padronização dos processos e condução dos serviços a serem desempenhados.

Efetuar todas as manutenções conforme a especificação do fabricante e das normas técnicas Nacionais ABNT e Internacionais vigentes, adotadas pela CONTRATANTE, obedecendo, contudo, não se restringindo, àquelas evidenciadas a seguir: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, NR 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais e NR 12 - Segurança do Trabalho em Máquinas e Equipamentos

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, às suas expensas, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para as manutenções, promovendo sua substituição, quando necessário. A contratada deverá fornecer as peças e componentes conforme rol estimado que será especificado no Termo de Referência essenciais para a execução do objeto.

A contratada deverá ter seu registro ou inscrição da empresa na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade.

Os prazos para início na prestação dos serviços, bem como seu cronograma detalhado, serão definidos no Termo de Referência, a ser elaborado.

Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- **Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM**, situado à Av. Comandante Guarany, nº. 447, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ

A contratação admite Subcontratação para os serviços:

- Serviço de assistência técnica dos equipamentos listados

Garantia da contratação:

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% e condições descritas no Termo de Referência e Contrato.

Vistoria:

Será assegurado ao proponente o direito de realizar vistoria prévia ao local onde serão executados os serviços.

Garantia dos serviços:

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

Qualificação técnica:

Apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos em até 50% com o objeto da licitação, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, demonstrando a prestação de fornecimento do objeto executado pelo licitante.

O proponente deverá apresentar 1 (um) ou mais Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome e favor da empresa Licitante, comprovando a execução de prestação de serviço de Manutenção Sistemática do tipo Preventiva envolvendo Empilhadeiras (Combustão, Elétrica), com Capacidade Nominal (> ou =) 2000 kg, com características compatíveis com o objeto desta contratação, que constitui a parcela de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

5. Levantamento de Mercado

No âmbito do levantamento de mercado, foram avaliadas alternativas disponíveis no mercado para atendimento à necessidade institucional relacionada à disponibilidade e ao pleno funcionamento das empilhadeiras (combustão e elétricas), paleteiras, transpaleteiras e carregadores de bateria utilizados nas atividades logísticas do setor de almoxarifado do Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM/FAR). Nesse sentido, com vistas a identificar possíveis parâmetros comparativos ou soluções metodológicas alternativas, procedeu-se a consultas às bases públicas de contratações, quais sejam:

- Plataforma Nacional de Contratações Públicas – **PNCP** (<https://pncp.gov.br/app/contratos?q=&pagina=1>);
- **Compras.gov.br** – ETP digital (<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-artefatos-web/artefatos/lista/ETP?cnet-id=72185f0c-5d50-4c8b-bbd9-dfb128f54f92>);
- **Contratos.gov.br** (<https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos>).

Entre as soluções analisadas, considerou-se a possibilidade de contratação de serviços de locação de empilhadeiras em substituição à manutenção dos equipamentos atualmente existentes. Entretanto, verificou-se que os equipamentos de movimentação de cargas possuem caráter estratégico e crítico para a logística interna e para o adequado escoamento da produção, sendo essenciais para a movimentação de insumos, materiais produtivos, componentes e produtos acabados no âmbito do CTM.

Nesse contexto, a dependência exclusiva de um contrato de locação poderia gerar vulnerabilidade operacional à instituição, especialmente em hipóteses de eventual descontinuidade contratual, rescisão antecipada, inadimplemento do fornecedor ou indisponibilidade repentina dos equipamentos locados, situações que poderiam impactar diretamente o fluxo logístico interno e comprometer a continuidade das atividades produtivas.

Adicionalmente, ressalta-se que os equipamentos de movimentação de cargas atualmente utilizados integram o patrimônio institucional de Farmanguinhos, circunstância que torna a contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva mais vantajosa sob os aspectos funcional, operacional e econômico. Tal solução possibilita a adequada preservação e valorização do patrimônio público, promovendo a ampliação da vida útil dos equipamentos e assegurando melhores condições de desempenho e confiabilidade operacional, ao mesmo tempo em que evita custos adicionais decorrentes de novas aquisições ou da substituição integral da frota por equipamentos locados, além de haver profissionais internalizados na Instituição que operam os modelos existentes.

Sob a ótica da economicidade e da eficiência administrativa, a realização de manutenções sistemáticas preventivas e não sistemáticas corretivas, com fornecimento e substituição de peças e componentes quando necessário, apresenta-se como alternativa adequada para garantir a disponibilidade contínua dos equipamentos, reduzir a ocorrência de falhas operacionais e otimizar o uso dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a pretensa contratação de serviços especializados para manutenção dos equipamentos de movimentação de cargas no ambiente interno do sítio de Farmanguinhos configura-se como a solução mais adequada para atendimento da demanda institucional no presente momento, por assegurar maior continuidade operacional, confiabilidade logística, preservação do patrimônio público e racionalização dos gastos públicos.

Ressalta-se, por fim, que tal entendimento não inviabiliza a avaliação futura da alternativa de locação de empilhadeiras, a qual poderá ser analisada oportunamente pela Administração, especialmente em cenários de expansão da demanda operacional, renovação tecnológica ou necessidade de ampliação da capacidade logística.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta tem o objetivo principal de contratação de serviços especializados para a manutenção preventiva e corretiva de empilhadeiras (combustão, elétrica), paleteiras, transpaleteiras e carregadores de bateria utilizados no Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM/FAR), uma necessidade contínua e fundamental, garantindo o perfeito funcionamento desses equipamentos para assegurar a continuidade, a confiabilidade e a qualidade das operações. Essa manutenção é essencial para cumprir os requisitos regulatórios estabelecidos pela ANVISA, especificamente a RDC nº 658/2022, e para evitar interrupções nas atividades produtivas que podem resultar em consequências negativas e desabastecimento de medicamentos ao ministério da saúde.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade a ser contratada é baseada no levantamento realizado pela Equipe de Serviços de Utilidades do Complexo Tecnológico de Medicamentos – Farmanguinhos.

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV /CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	Serviço de Manutenção Sistemática do tipo Preventiva (conforme item 5.5.1.2)	19402	Serviço	1	
2	Serviço de Manutenção Não Sistemática do tipo Corretiva (conforme 5.5.1.3)	19402	Serviço	Quantidade Total Horas/Homem 6.000	
	Serviços de Manutenções não sistemáticas passíveis de subcontratação (de acordo com item 4.3 e detalhado no anexo V)			-	
3	Fornecimento de peças, componentes e insumos (conforme anexo III)	-	Unidade	-	
VALOR ANUAL TOTAL (R\$)					

Equipamentos sujeitos à manutenção:

Empilhadeira a Combustão

Equipamentos	Fabricante	Modelo/Quantidade		Quantidade Total
Empilhadeira a Combustão	HYSTER	H55	01	03
	HELI	CPQD25	01	
	HANGCHA	CPQD25N	01	

Empilhadeira Elétrica

Equipamentos	Fabricante	Modelo/Quantidade		Quantidade Total
Empilhadeira Elétrica	Linde	L16R	02	03
		R20	01	

Empilhadeiras Elétrica

Equipamentos	Fabricante	Modelo/Quantidade		Quantidade Total
Empilhadeiras Elétrica	AMEISE	EJC	02	10
		ETD	01	
	JUNGHEINRICH	EKC	01	
		ETV	02	
	PALETRANS	PR 17	03	
		LE - 1000Kg	01	

Transpaleteira Elétrica

Equipamentos	Fabricante	Modelo/Quantidade		Quantidade Total
Transpaleteira	Linde	T20	02	04
		EPT20	01	

	AC POWER	EPTV20	01	
--	----------	--------	----	--

Transpaleteira Jungheinrich

Equipamentos	Fabricante	Modelo/Quantidade		Quantidade Total
Transpaleteira	JUNGHEINRICH	ELE	11	16
		EKE	05	

Baterias Estacionárias

Equipamentos	Fabricante das Empilhadeiras, Paleteiras e Transpaleteiras	Modelo	Capacidade	Quantidade de Bateria	Quantidade Total
Bateria para Empilhadeira	AMEISE	ETD	24V / 608AH	2	45
		EJC	24V / 354AH	3	
	JUNGHEINRICH	EKC	24V / 354AH	1	
		ETV	48V / 672AH	2	
	PALETRANS	PR 17	48V / 354AH	8	
		L16R	24V / 608AH	4	
	LINDE	R20	48V / 608AH	2	
Baterias para Transpaleteira	JUNGHEINRICH	ELE	24V / 276AH	11	20
		EKE	24V / 354AH	7	
	AC POWER	EPT20	24V / 210AH	2	
	LINDE	T20AP	24V / 283AH	3	

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.500.000,00

Declaramos que o montante estimado da contratação é de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) e foi estimado com base no contrato: 32/2020 - Processo de contratação 25387.100080/2019-54.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por princípios fundamentais que visam assegurar a agilidade, a eficiência, a economicidade e a transparência na gestão dos recursos públicos, optar por não parcelar a solução contratual se apresenta como uma escolha mais viável. Essa decisão é pautada no fato de que os serviços serão prestados em uma única unidade da instituição e simplifica a fiscalização e execução do contrato, bem como os trâmites burocráticos relacionados ao pagamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando a contratação do objeto pretendido, não se fará necessária qualquer contratação correlata e/ou interdependente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

DFD: 361/2025

I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026

II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025

III) Id do item no PCA: 1614

IV) Classe/Grupo: 871

V) Identificador da Futura Contratação: 254446-462/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os equipamentos, como empilhadeiras (de combustão, elétricas), paleteiras, transpaleteiras e carregadores de bateria, utilizados no Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM/FAR), integram o processo produtivo de medicamentos, desempenhando papel crucial no fluxo de recebimento, armazenamento e expedição de insumos e produtos acabados. Esse fluxo impacta diretamente o cronograma de produção e distribuição de medicamentos, podendo, inclusive, comprometer o atendimento de demandas de saúde pública em casos de desabastecimento de medicamentos essenciais. Diante disso, destaca-se a importância de que a manutenção desses equipamentos seja realizada por uma empresa especializada, detentora de conhecimento técnico específico para garantir seu funcionamento adequado.

Benefícios diretos:

Continuidade Operacional: A manutenção adequada garante que empilhadeiras, paleteiras e outros equipamentos essenciais estejam sempre disponíveis e operacionais, evitando interrupções na cadeia produtiva e no armazenamento de medicamentos.

Aumento da Vida Útil dos Equipamentos: A manutenção preventiva reduz o desgaste prematuro das máquinas, prolongando sua vida útil e evitando a necessidade de substituições frequentes, o que gera economia a longo prazo.

Segurança no Ambiente de Trabalho: A manutenção regular garante que os equipamentos funcionem dentro dos padrões de segurança, reduzindo o risco de acidentes e protegendo os colaboradores que operam ou estão próximos dessas máquinas.

Benefícios Indiretos

Redução de Custos de Emergência: A manutenção preventiva reduz a necessidade de intervenções corretivas emergenciais, que costumam ser mais caras e podem exigir a substituição imediata de peças ou equipamentos.

Qualidade no Armazenamento e Movimentação: Equipamentos bem mantidos asseguram que a movimentação de materiais seja eficiente e precisa, contribuindo diretamente para a qualidade dos processos de armazenamento e evitando danos aos produtos farmacêuticos.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando que já são adotados procedimentos internos para instrução processual comuns de licitação, e apesar de não requerer adequação de ambiente, para garantir que o processo seja transparente, eficiente e alinhado com os objetivos da organização, serão adotadas as seguintes providências:

Designação da fiscalização do contrato;

Elaboração do termo de referência;

Elaboração de instrumento de medição de resultados que seja eficiente para a fiscalização;

14. Possíveis Impactos Ambientais

Na manutenção dos equipamentos podem gerar líquidos de origem oleosa com alta viscosidade. Nas atividades relacionadas com a manutenção dos equipamentos, fica vedado o envio de efluente com característica oleosa ou com alta viscosidade para a Estação de Tratamento.

Na manutenção dos equipamentos, ao gerar resíduos sólidos, além de adotar na retirada de resíduos prática de descarte sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização, os resíduos sólidos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, de modo a garantir a segurança no armazenamento e transporte deles.

Produtos químicos utilizados na manutenção e limpeza dos equipamentos podem ser prejudiciais ao meio ambiente. Nas atividades relacionadas com a manutenção fica vedada a utilização de produtos altamente tóxicos, segundo a classificação do Ministério da Saúde, assim como deverão ser utilizados produtos Biodegradáveis para a limpeza e desengraxe além de não ser permitido o descarte de nenhum material (reagentes, tintas, material de limpeza etc.) nas linhas de efluente sanitário ou industrial sem prévia autorização. A contratada deve priorizar a manutenção preventiva para aumentar a eficiência dos equipamentos e reduzir a necessidade de produtos químicos agressivos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos aspectos técnicos e financeiros analisados, a contratação demonstra ser não apenas viável, mas também imperativa para a manutenção das operações de farmanguinhos. A dependência direta do perfeito funcionamento desses equipamentos para evitar paralisações na fabricação e distribuição de medicamentos ressalta sua importância estratégica.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANO DA SILVA ALEXANDRE

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/07/2026 às 14:42:52.

DOUGLAS JOSE SANTANA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/06/2026 às 16:38:10.

JOSE ROCHA DA CRUZ JUNIOR

Membro da comissão de contratação

BEATRIZ MARIA SIMOES RAMOS DA SILVA

Membro da comissão de contratação

ANEXO V – MANUTENÇÕES NÃO SISTEMÁTICAS PASSÍVEIS DE SUBCONTRATAÇÃO

Serviço de Locação de equipamentos para movimentação de carga					
Serviço de Locação de equipamentos para movimentação de carga com o intuito de servir como substituto durante manutenções prolongadas.					
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Locação de transpaleteira elétrica, posição do operador em pé, capacidade de carga de 2500 kg, comprimento útil 2,4 metros, corredor operacional de 2,66 metros, elevação máxima de 230mm, largura externa do garfo de 685mm, largura externa da patola de 685mm, rodas de poliuretano, fornecer carregador de bateria junto.	200	Diárias/ano		
2	Locação de empilhadeira elétrica retrátil, posição do operador sentado a bordo, capacidade de carga de 2000 kg, corredor operacional de 2,8 metros, elevação máxima de 12.000 mm, largura externa do garfo de 345 - 630 mm, largura externa da patola de 1.265 mm, bateria de chumbo ácido, rodas simples em poliuretano, previsão de trabalho da bateria de 8h.	130	Diárias/ano		
3	Locação de Empilhadeira Contrabalanceada, combustível GLP, operador sentado, capacidade de carga de 2500kg, elevação máxima de 3.000 mm, tipo de pneu: pneumático, 4 rodas.	30	Diárias/ano		
Valor Total (R\$)					

Serviço de manutenção de componentes eletroeletrônicos					
Serviço de manutenção de componentes eletroeletrônicos das empilhadeiras e transpaleteiras					
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Manutenção de componentes eletroeletrônicos das empilhadeiras e transpaleteiras do CTM.	480	Hora/homem		
Valor Total (R\$)					

Serviço de manutenção e recuperação de baterias					
Serviço de manutenção e recuperação de baterias das empilhadeiras e transpaleteiras do CTM.					
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço de manutenção e recuperação de baterias das empilhadeiras e transpaleteiras do CTM.	480	Hora/homem		
Valor Total (R\$)					

Serviço de Calibração de instrumentos eletrônicos					
Serviço de Calibração de instrumentos eletrônicos das empilhadeiras e transpaleteiras					
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço de Calibração de instrumentos eletrônicos das empilhadeiras e transpaleteiras do CTM.	480	Hora/homem		
Valor Total (R\$)					

Serviços de usinagem de peças e Serviços de soldagem					
Serviços de usinagem e soldagem em componentes das empilhadeiras e transpaleteiras do CTM.					
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviços de usinagem em componentes das empilhadeiras e transpaleteiras do CTM.	480	Hora/homem		
2	Serviços de soldagem em componentes das empilhadeiras e transpaleteiras do CTM.	480	Hora/homem		
Valor Total (R\$)					

Serviço de descarte de baterias					
Serviço de descarte de baterias					
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço de descarte das baterias empilhadeiras e transpaleteiras elétricas do CTM.	20	Unidades/a no		
Valor Total (R\$)					

QUADRO RESUMO DAS MANUTENÇÕES NÃO SISTEMÁTICAS PASSÍVEIS DE SUBCONTRATAÇÃO.

QUADRO RESUMO – ANEXO V. MANUTENÇÕES NÃO SISTEMÁTICAS PASSÍVEIS DE SUBCONTRATAÇÃO	
SERVIÇOS	VALOR TOTAL ANUAL(R\$)
Locação de equipamentos para movimentação de carga	
Serviço de manutenção de componentes eletroeletrônicos	
Serviço de manutenção e recuperação de baterias	

Serviço de Calibração de instrumentos eletrônicos	
Serviços de usinagem de peças e Serviços de soldagem	
Serviço de descarte de baterias	
TOTAL ANUAL DOS SERVIÇOS	

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 25387.000021/2025-25

Unidade Gestora: [digite aqui a sigla da unidade gestora]

	CONTRATO DE [DIGITE AQUI O OBJETO] QUE CELEBRAM ENTRE SI A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E A [DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA].
--	---

A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ, entidade integrante da Administração Federal Indireta, constituída nos termos da Lei nº 7.596/87 e Decreto nº 11.288/22, situada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0001-35, através do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0049-80, neste ato representado por sua Diretora, Sra. Silvia Pereira da Silva Santos, portadora da matrícula funcional SIAPE nº 2556155, nomeada pela Portaria de Pessoal GM/MS nº 60, de 26 de janeiro de 2026, expedida pelo Sr. Ministro de Estado da Saúde, publicada na Seção 2, do Diário Oficial da União, de 27 de janeiro de 2026, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, expedida pelo Sr. Presidente da FIOCRUZ, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União, de 15 de outubro de 2024, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada _____, CEP: _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) representada pela _____, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25387.000021/2025-25 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1 . 1 . O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva para Empilhadeiras (Combustão, Elétrica), Transpaleteiras e Baterias e Não Sistemáticas do tipo Corretiva para Empilhadeiras (combustão elétrica) Paleteiras, Transpaleteiras e Carregadores de Baterias, Baterias e carro para transporte de baterias, com fornecimento e substituição de peças e componentes no Complexo Tecnológico de Medicamentos-CTM/FAR, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	SERV/CAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ANUAL R\$
------	---------------	-----	----------	-------------------	------------	-----------------------

1	Serviço de Manutenção Sistemática do tipo Preventiva (conforme item 5.5.1.2)	19402	Serviço	1	
2	Serviço de Manutenção Não Sistemática do tipo Corretiva (conforme 5.5.1.3)	19402	HH (Quantidade Total Horas /Homem)	6.000	
	Serviços de Manutenções não sistemáticas passíveis de subcontratação (de acordo com item 4.3 e detalhado no anexo V)		Serviço	-	
3	Fornecimento de peças, componentes e insumos (conforme anexo III)	-	Unidade	-	
VALOR TOTAL ANUAL (R\$)					

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital de Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do termo de contrato pela Contratante - ato contínuo à assinatura da Contratada - em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei

nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4 Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5 Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6 Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)** perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx(xxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele

referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10.2. Não serão conhecidas as pretensões administrativas que não preencherem os pressupostos de admissibilidade de que tratam as Leis nº 14.133/21 e 9.784/99.

8.1.10.3. Caso o servidor responsável pela fiscalização do contrato se certifique que as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato estão desacompanhadas de atos indispensáveis à análise e decisão quanto ao pedido, de forma motivada, irá orientar o interessado quanto à necessidade de suprimento de eventuais falhas, suspendendo-se o prazo de decisão até o saneamento.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.1.11.1. Aplicam-se, no que couber, aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, o disposto nas subcláusulas anteriores, quanto às solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início do processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene

e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer

ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos Fiocruz Av. Comandante Guarany, 477 – Jacarepaguá – RJ, CEP: 22775-903.

9.36. Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda a sexta feira, em dias úteis das 08 às 17h.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na

forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo ao edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis

e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA REGULARIDADE DO CONTRATADO

18.1. O CONTRATADO comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF, CADIN e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Lista de Inidôneos do TCU.; CNJ; CEIS e CNEP), de __/__/__, SEI nº ____, anexada aos autos do processo 25387.000021/2025-25.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Roberto do Carmo Alves, Prestador(a) de Serviço**, em 14/07/2026, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 10.543 de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6442661** e o código CRC **A3D3D6AE**.

ANEXO III

DO EDITAL

PROPOSTA PROFORMA

PROCESSO: 25387.000021/2025-25

PREGÃO ELETRÔNICO 462/2026

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

UF:

CEP:

BAIRRO:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:

BANCO:

AGÊNCIA:/CONTA BANCÁRIA:

TELEFONE:

FAX:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
	1	Serviço de Manutenção Sistemática do tipo Preventiva (conforme item 5.5.1.2 do Termo de Referência)	19402	Serviço	1	
	2	Serviço de Manutenção Não Sistemática do tipo Corretiva (conforme 5.5.1.3 do Termo de Referência)	19402	HH	6000	
		Serviços de Manutenções não sistemáticas passíveis de subcontratação (de acordo com item 4.3 e detalhado no anexo V do Termo de Referência)	19402	Serviço	-	
	3	Fornecimento de peças, componentes e insumos (conforme anexo III do Termo de Referência)	-	Unidade	-	
VALOR ANUAL TOTAL (R\$)						

OBS: OS VALORES DESSA TABELA SERÃO TRANSPORTADOS DO PREENCHIMENTO DAS TABELAS APRESENTADAS NO ITEM 5.5.1 E SUBITENS, ANEXO III E ANEXO V QUE DEVERÃO ACOMPANHAR A PROPOSTA

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Contrato pela Contratante ato contínuo à assinatura da Contratada– em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Assinatura do representante legal e respectiva função na empresa

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:**1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO**CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I

Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

- a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
- b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II

Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I

Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II

Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

- I. os fatos;
- II. os argumentos apresentados;
- III. as provas eventualmente apresentadas;
- IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
- V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
- VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

Impedimento

IV

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
	c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.		
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
Total			16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

Anexo II
Modelo de Comunicação Preliminar

Comunicação Preliminar

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

Servidor
SIAPE

Anexo III

Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: _____
- Objeto do Contrato: _____
- Processo Administrativo nº: _____
- Unidade Administrativa Responsável: _____
- Vigência do Contrato: // _____ até // _____
Ou

2. Identificação do Certame

- Número do Certame: _____
- Objeto: _____
- Item licitado: _____

3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____
- Representante Legal: _____
- Telefone/E-mail: _____

4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: ____/____/____

Local da ocorrência: _____

Data da constatação pela fiscalização: ____/____/____

5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // _____
- Local da Ocorrência: _____

- Tipo de Infração:

- ☐ Inexecução total/parcial do objeto
- ☐ Descumprimento de prazos
- ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações
- ☐ Conduta incompatível com a ética contratual
- ☐ Outros: _____

6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: _____

8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // _____
- Prazo concedido para manifestação: _____ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em // _____

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

13. Proposta de Sanção (se aplicável)

- ☐ Advertência
- ☐ Multa contratual
- ☐ Suspensão temporária de participação em licitações
- ☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: _____

14. Responsável pela Constatação da Infração

Nome: _____

Cargo/Função: _____

SIAPE: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

De acordo da Autoridade Competente: _____

Data: ____/____/____

Anexo IV**Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade**

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2____.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

Anexo V
Notificação para defesa prévia

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2____

À EMPRESA xxxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº de/...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em/...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

ANEXO VI
Aplicação de Penalidade

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de ____ de 2__.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

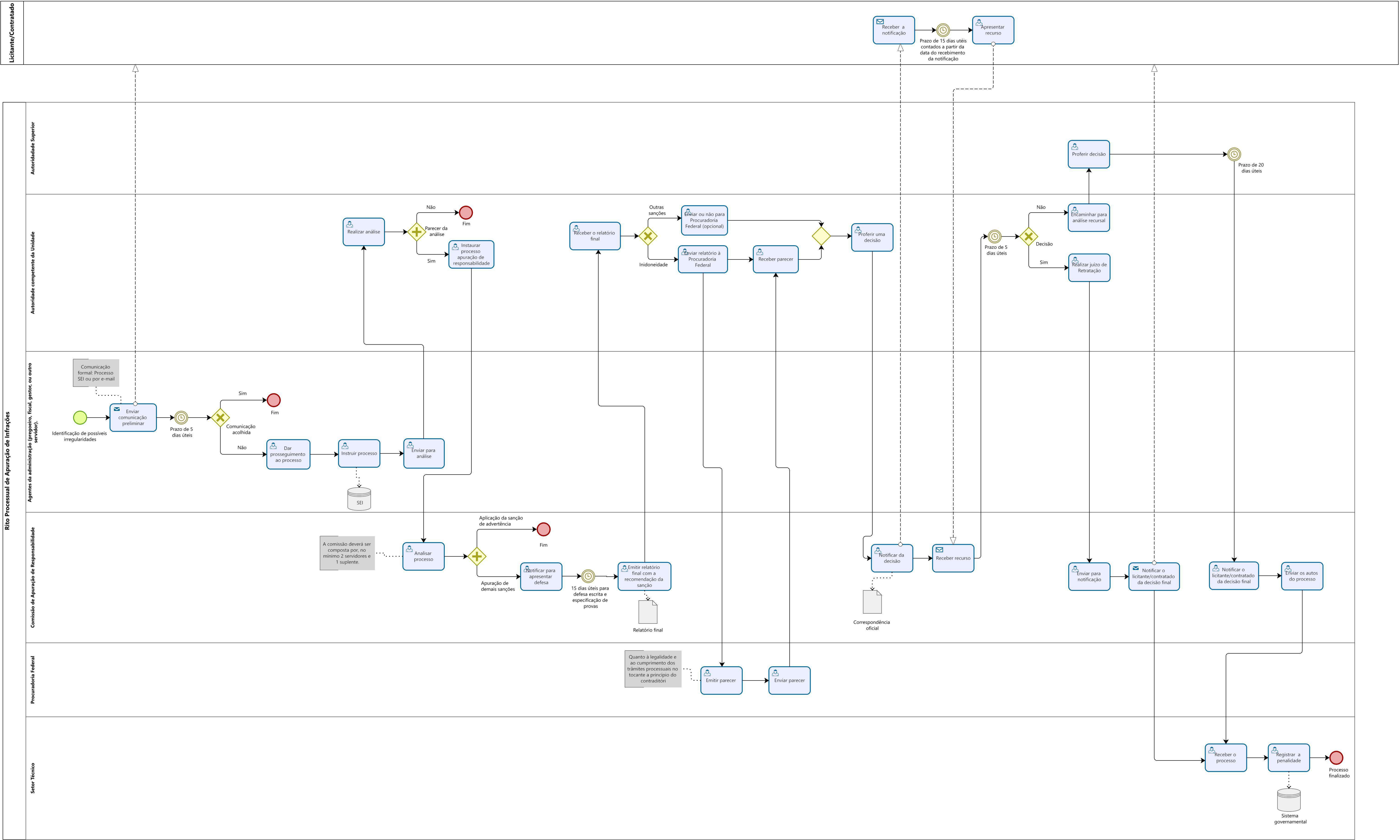
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo



ANEXO V DO EDITAL

TERMO DE VISTORIA

Processo nº 25387.000021/2025-25

Pregão eletrônico nº 462/2026 - FAR

O de Farmanguinhos/FIOCRUZ, para os fins do disposto no Edital de licitação em epígrafe vem por meio deste Atestado de Visita, declarar que a empresa..... enviou representante credenciado a esta UNIDADE, a fim de inspecionar o local e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada.

....., dede 2026.

DE ACORDO:

POR FARMANGUINHOS: _____

PELA EMPRESA: _____

Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante deverá realizar agendamento de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 15 horas. A vistoria poderá ser agendada através do telefone (21) 3348-5096 com Sr. Diogo Garrido, (21) 3348-5060 com o Sr. Dimi Pacífico ou através do e-mail: diogo.soares@fiocruz.br e dimi.pacifico@fiocruz.br., sendo sua realização comprovada por emissão de atesto de visita.